

revista

poli

saúde
educação
trabalho

Ano V — Nº. 28 — mai./jun. 2013



Impresso
Especial
9912213586 DR/RJ
Fundação
Oswaldo Cruz
CORREIOS

inovação tecnológica Pra quem?



Conheça o POLI

Direção
55(21)3865-9700

Vice-Direção de Desenvolvimento Institucional
55(21)3865-9707

Vice-Direção de Ensino e Informação
55(21)3865-9729

Vice-Direção de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
55(21)3865-9705

Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde
55(21)3865-9745

Grupo de Trabalho em Saúde Mental
55(21)3865-9755

Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde
55(21)3865-9780

Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde
55(21)3865-9765

Laboratório de Educação Profissional em Manutenção de Equipamentos de Saúde
55(21)3865-9788

Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais em Saúde
55(21)3865-9784

Grupo de Trabalho de Biossegurança
55(21)3865-9743

Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde
55(21)3865-9770

Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde
55(21)3865-9720

Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica
55(21)3865-9740

Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde
55(21)3865-9750

Coordenação de Administração
55(21)3865-9820

Coordenação de Cooperação Internacional
55(21)3865-9730

Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos
55(21)3865-9860

Coordenação Editorial da Revista Trabalho, Educação e Saúde
55(21)3865-9850

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde
55(21)3865-9732

Coordenação Geral do Ensino Técnico de Nível Médio em Saúde
55(21)3865-9728

Biblioteca Emília Bustamante
55(21)3865-9840

Núcleo de Tecnologias Educacionais em Saúde
55(21)3865-9892

Secretaria Escolar
55(21)3865-9865

Serviço de Informática
55(21)3865-9810

Serviço de Manutenção de Equipamentos e Instalações Prediais
55(21)3865-9870



Revista científica da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

Revista Trabalho, Educação e Saúde
55 (21) 3865-9850 | www.revista.epsjv.fiocruz.br

RETS

Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde

Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS)
55 (21) 3865-9730



Biblioteca Virtual em Saúde
55 (21) 3865-9840 | www.bvseps.icict.fiocruz.br



Observatório dos Técnicos em Saúde
55 (21) 3865-9750 | www.observatorio.epsjv.fiocruz.br



Comitê de Ética em Pesquisa

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

Comitê de Ética em Pesquisa
55 (21) 3865-9710

Capa	
Inovação tecnológica para o desenvolvimento... mas de quem?	4
Público e Privado na Educação	
Educar para o setor produtivo	10
Almanaque	14
Entrevista	
Daniel Cara - 'A Conae vai ter o desafio de tirar governo e parlamentares da zona de conforto'	15
70 Anos CLT	18
CLT comemora 70 anos	
Em dia com a História	
Direita e esquerda: das revoluções liberais ao capitalismo globalizado	22
Livros	
Por um resgate das lutas da Reforma Sanitária	24
Dicionário	
Democracia	25

Quem ler esta edição da Poli integralmente bem pode ter a impressão de que se trata de um número especial, que trata do desenvolvimento econômico, com foco nas parcerias ou na influência direta da iniciativa privada, principalmente dos setores produtivos. Mas acredite: essa não foi a intenção. Também não deve ser uma mera coincidência: como as pautas da Poli tentam estar antenadas com os movimentos mais atuais das políticas de saúde, educação e trabalho, considerando todas as suas áreas de interface, a insistência desses temas, que, juntos, vêm batendo à porta das nossas reportagens, parece mostrar a coerência de um modelo de política pública e, mais do que isso, um caminho seguido pelo Estado brasileiro nos mais diferentes campos. O observador atento verá, por exemplo, que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) aparece citada em três matérias, feitas por três jornalistas diferentes.

A inovação tecnológica como motor do desenvolvimento econômico, que é anunciado como caminho também para o desenvolvimento social, é o tema da matéria de capa desta revista, mas está claramente presente na matéria sobre o público e o privado na educação profissional, que é a segunda de uma série iniciada na edição anterior. Essas parcerias público-privadas, por sua vez, são a base do modelo de inovação em que o Brasil tem investido esforços e recursos. E que, como mostra a matéria de capa, agora, com o lançamento do programa 'Inova Brasil', chegam a quase R\$ 33 bilhões.

A reportagem sobre os 70 anos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), por sua vez, mostra como parte desse desenvolvimento tem sido mantido a partir de um esforço contínuo de diminuição de direitos dos trabalhadores – olha a CNI aí de novo! Na seção 'Em dia com a história', você verá uma discussão sobre o consenso ideológico que, em última instância, sustenta todas essas ações, a partir de 'estratégias' como, por exemplo, o discurso de que a separação entre esquerda e direita não faz mais sentido. No 'Dicionário', o verbete democracia complementa esse debate.

A resenha é do livro 'Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos', de Maria Inês Bravo e Juliana Menezes, que clama pelo resgate da Reforma Sanitária em tempos de privatização da saúde. Por fim, na entrevista, Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, avalia os resultados da 1ª Conferência Nacional de Educação, fala dos desafios da 2ª, que vai acontecer no ano que vem, e analisa o processo de tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE).

Ano V - Nº 28 - mai./jun. 2013

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde.
ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

Cristina Araripe, Etelcia Molinaro, Felipe Gonçalves, Felipe Machado, Francisco Bueno, Gladys Miyashiro, Jairo Freitas, José Orbílio, Júlio César Lima, Kelly Robert, Marcela Pronko, Marcelo Coutinho, Marco Antônio Santos, Mauro Gomes, Paulo Cesar Ribeiro, Sergio Munck, Tais Salvino, Valéria Carvalho

Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

Editora

Cátia Guimarães

Repórteres

André Antunes
Cátia Guimarães
Viviane Tavares

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484
comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca
Marcelo Paixão

Capa

Zé Luiz Fonseca

Assistente de Gestão Educacional

Solange Santos
Valéria Melo

Editora Assistente de Publicações

Lisa Stuart

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

WallPrint

Inovação tecnológica para o desenvolvimento... mas de quem?

Governo federal lança programa bilionário para estimular inovação nas empresas e consolida direcionamento mercadológico da ciência e da tecnologia no país

André Antunes



Antonio Cruz / ABr

Lançamento do Inova Empresa, ocorrido em março, durante reunião da Mobilização Empresarial pela Inovação da CNI

“É hora de pensarmos qual futuro queremos. Qual vai ser nossa inserção internacional? Qual será o perfil de nossa economia e do emprego que será criado para as novas gerações?”, indaga o documento ‘Compromisso pela Inovação’, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2011. A resposta a essas perguntas vem logo abaixo: se deseja ter uma “inserção mais dinâmica na nova economia global”, o Brasil precisa vencer o desafio da inovação, “nossa capacidade de converter ideias em valor”, na definição da CNI, mobilizando “a criatividade, a tecnologia e a ciência para atender melhor demandas antigas ou resolver novos problemas”. Mas para inovar é

preciso mais do que mobilizar o setor empresarial, é necessário um compromisso social, uma vez que a inovação, para a CNI é, ao mesmo tempo, um “tema próprio das empresas” e “uma agenda que interessa a todos, aos trabalhadores, à academia e ao governo”. Nesse processo, segundo a Confederação, cabe ao setor privado exercer um protagonismo, no sentido de “apontar caminhos que nos permitam organizar melhor o que fazemos e aprimorar a relação entre universidades e empresas, entre o governo e o setor privado. Significa também contribuir para melhorarmos nossas políticas públicas”.

Se as políticas públicas estão sendo “melhoradas” com a influência da CNI e do discurso que associa as inovações tecnológicas com o desenvolvimento econômico é questão a ser discutida, mas o fato é que essa racionalidade, que coloca a ciência e a tecnologia a serviço do mercado e as empresas privadas como atores centrais no processo de desenvolvimento, é cada vez mais marcante nas falas de membros do governo, do setor privado e da academia. A incorporação do termo ‘inovação’ ao nome do ministério dedicado ao tema em 2010 é um exemplo prosaico, porém emblemático dessa tendência. Outro componente é o aumento significativo, a partir dos anos 2000, dos recursos públicos destinados a promover a inovação no setor empresarial, como você verá mais adiante nesta matéria.

E exatamente essa área ganhou um reforço de peso em março, com o lançamento do programa ‘Inova Empresa’ pelo governo federal. O programa irá destinar, até 2014, R\$ 32,9 bilhões a projetos que visem a aumentar a competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional por meio da inovação tecnológica, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

O Inova Empresa coaduna-se com as definições da Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (ENCTI), que coloca metas para a área no período 2012-2015 e tem como um de seus eixos orientadores a promoção da inovação nas empresas, afirmando que “o fortalecimento da inovação empresarial com vistas ao aumento da competitividade industrial

continua a ser um objetivo comum, especialmente em termos da elevação da produtividade, do crescimento do emprego e da melhoria da qualidade de vida”. O documento estabelece diversas metas, entre elas a de aumentar o dispêndio nacional em pesquisa e desenvolvimento em relação ao PIB de 1,19% em 2010 para 1,80% em 2014 e aumentar o dispêndio empresarial na área em relação ao PIB de 0,56% do PIB para 0,90%

Bolsa Família da inovação

No lançamento, que ocorreu durante uma reunião da Mobilização Empresarial pela Inovação – movimento da CNI que atua no lobby sobre inovação junto ao poder público – no Palácio do Planalto, no dia 14 de março, a presidente Dilma Rousseff afirmou que o programa seria importante para tornar o país “menos desigual”, aumentando a capacidade de a economia “ser produtiva e competitiva”. Antonio Elias, secretário-executivo do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), explica que o crescimento do mercado consumidor interno, com a ampliação da renda e do acesso ao crédito de “40 milhões de brasileiros”, permitiu “impulsionar as cadeias produtivas brasileiras e também a área de serviços, gerando uma expectativa e uma demanda maior por processos inovativos”. “O Brasil se transforma numa plataforma para a América Latina, com possibilidade de fazer um maior intercâmbio comercial com os países vizinhos desde que rompa os movimentos restritivos ao crescimento da economia”, continua Antonio Elias, para em seguida explicar: “o Brasil tinha uma baixa diversidade produtiva, uma especialização na agricultura e na mineração. Hoje isso não é realidade: com a área de serviços crescendo, a microeletrônica cresceu, impulsionada pela cadeia do petróleo, a área de bens de capital cresceu, há um conjunto de outras áreas que estão crescendo com agregação de valor”.

Durante o lançamento, a presidente Dilma também destacou que o programa seria uma espécie de “Bolsa Família” da inovação, integrando ações e recursos do governo destinados à inovação que estavam dispersos. “Não havia uma matriz montada que pudesse aglutinar toda uma capacidade de recursos e que estivesse numa mesma vertente focada. O que fez o plano? Justamente pensar essas oportunidades, articulando a política industrial com a política de ciência e tecnologia numa matriz para corrigir as assimetrias existentes em setores e áreas estratégicas”, afirma Antonio Elias. São sete as “áreas estratégicas” definidas pelo plano, que deverão receber a maior parte dos recursos, R\$ 23,5 bilhões: cadeia agropecuária (R\$ 3 bilhões), energia (R\$ 5,7 bilhões), petróleo e gás (R\$ 4,1 bilhões), complexo da saúde (R\$ 3,6 bilhões), complexo aeroespacial e defesa (R\$ 2,9 bilhões), tecnologia da informação e comunicação (R\$ 2,1 bilhões) e sustentabilidade socioambiental (R\$ 2,1 bilhões).

Pari passu com algumas das demandas apresentadas pela CNI em seu Compromisso pela Inovação, o programa tem como meta, segundo o governo federal, “o fortalecimento das relações” entre instituições de pesquisa, empresas e setor público. Para isso foi criada a Empresa Brasileira para Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), com investimentos previstos da ordem de R\$ 1 bilhão até 2014. Segundo Dilma, ela deverá espelhar-se na atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), promoverá um “casamento” entre instituições públicas de pesquisa e as empresas privadas. Entre seus objetivos, estão a promoção de “estratégias de inovação decorrente das demandas empresariais”, o estímulo a que instituições de pesquisa realizem “prospecção de projetos empresariais e arranjos cooperativos para inovação” e o estabelecimento de um “ambiente favorável à formação e capacitação de recursos humanos”, tendo a inovação como preocupação central. O Inova Empresa prevê que os projetos deverão ter financiamento tripartite: um terço do governo federal – por meio de crédito, subvenção ou recursos não reembolsáveis –, um terço da instituição de pesquisa envolvida e um terço da empresa interessada. Cabe ressaltar: no caso de o projeto envolver uma instituição pública de pesquisa, o governo acaba arcando com dois terços do financiamento.

Inovacionismo

Para Rafael Dias, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o programa não traz nada de novo em relação às políticas públicas que vinham sendo implementadas na área de ciência e tecnologia nos últimos anos. “É mais do mesmo, um programa que segue essa tendência que já vem sendo aventada a um tempo de estimular a inovação na empresa, reconhecendo-a como o vetor do desenvolvimento econômico. A ideia que está por trás é de que, com a criação de determinados mecanismos, pode-se fomentar a atividade inovativa na empresa e com isso vamos ter um aumento da competitividade das empresas brasileiras, que traria desenvolvimento econômico e também social”, aponta Rafael. Segundo ele, o que há de novo é o montante de recursos do programa. “A diferença para mim é quantitativa, o volume de recursos que esse programa pretende mobilizar é algo realmente que não tem sido visto no âmbito da política de ciência e tecnologia e inovação no Brasil”.

Segundo Rafael, a análise do que vem ocorrendo nos últimos anos no Brasil mostra que o processo que alguns autores têm chamado de assunção do “inovacionismo” como modelo de política na área de ciência e tecnologia – do qual o Inova Empresa representa mais uma etapa – vem ganhando força, com a injeção de cada vez mais dinheiro público para fomentar a inovação no setor privado, com foco na hipótese de que o desenvolvimento nacional vai advir da inovação empresarial. Carolina Bagattolli, pesquisadora do Grupo de Análise de Políticas de Inovação (Gapi) da Unicamp, explica que foi no bojo das privatizações de empresas estatais brasileiras com as políticas neoliberais a partir da década de 1990 que teve início o inovacionismo no país, com a criação dos Fundos Setoriais, no âmbito da Finep, a partir de 1999. “Os fundos setoriais foram uma forma de não reduzir o investimento em pesquisa e o desenvolvimento com as privatizações, porque das empresas que faziam essa atividade no Brasil a grande maioria eram as públicas que deixariam de ser públicas. Eles surgiram como uma proposta de

que fosse compulsório que as empresas que comprassem as públicas separassem o mesmo percentual de recursos para que eles fossem investidos em pesquisa e desenvolvimento na área”, escreve, em sua tese de doutorado.

Segundo Renato Dagnino, professor da Unicamp, até esse momento a pesquisa científica no país era levada a cabo por instituições e empresas públicas, pautada no interesse pelo desenvolvimento científico em áreas consideradas prioritárias para a soberania nacional. “Temos marcos como a Petrobras e a Embraer, que mostram que, no Brasil, foi possível desenvolver pesquisa original e ligar com a produção de bens e serviços onde havia interesse do Estado ou de alguma elite, mas que de qualquer forma passava pelo Estado”, diz. Segundo ele, isso mudou com a chegada do neoliberalismo. “A partir daí, o Estado foi convertido em vilão e a empresa privada no ‘demiurgo da modernidade’, que poderia salvar o Brasil e conduzi-lo para o primeiro mundo, de forma que as políticas públicas se orientaram para enxugar o Estado e endeusar a empresa”, ressalta. Segundo Rafael Dias, aí começaram a secar as fontes públicas de financiamento para pesquisa que existiam desde a institucionalização da política científica e tecnológica no Brasil, com a criação da Capes e do CNPq, na década de 1950. “Nesse momento, começou a ganhar força o uso do próprio termo ‘inovação’ no discurso dos cientistas inclusive, como uma forma de legitimar uma mudança do foco. Era algo mais ou menos do tipo: ‘se não podemos mais contar com o governo para ter acesso a recursos vamos procurar outro parceiro, as empresas privadas’”.

Aumento dos recursos para a inovação

Como escreve Carolina em sua tese de doutorado, os Fundos Setoriais elegeram a empresa privada como ator central e os arranjos cooperativos universidade-empresa como a maneira de se promover o financiamento e a execução da pesquisa científica e tecnológica pela empresa. Seus recursos são destinados ao apoio de programas e projetos de atividades de ciência, tecnologia e inovação, como a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de novas tecnologias de produtos e processos, de bens e de serviços, entre outros. As empresas acessam o dinheiro de duas formas: a modalidade recursos reembolsáveis, destinada ao financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico em empresas, é operada na forma de empréstimos pela Finep; na modalidade recursos não reembolsáveis, os recursos dos fundos setoriais financiam, por exemplo, despesas para projetos de cooperação entre universidades e centros de pesquisa com empresas e dá subvenção econômica para empresas. Existem hoje 16 fundos setoriais, sendo 14 destinados ao fomento à inovação empresarial em áreas específicas, como agronegócio, saúde, petróleo e energia, entre outros, e dois transversais: um voltado à promoção da interação universidade-empresa e geração de inovação empresarial e o outro destinado a apoiar a melhoria da infraestrutura de instituições de pesquisa. O número de projetos financiados pelos fundos saltou de 204 em 1999, que totalizaram R\$ 78,4 milhões em investimentos, para 5.486 em 2010, totalizando R\$ 1,6 bilhão, segundo dados do MCTI.

O aumento significativo no montante investido pela Finep por meio dos Fundos Setoriais ao longo dos anos 2000 corrobora a visão dos pesquisadores que veem uma inflexão forte em direção ao inovacionismo a partir da primeira década do século 21 no Brasil. Carolina Bagattolli destaca outros marcos importantes nessa trajetória que aconteceram nesse período: a Lei da Inovação, de 2004, e a Lei do Bem, de 2005. A primeira é entendida como uma ferramenta jurídica para facilitar as “parcerias” entre universidades e empresas. Segundo Renato Dagnino, também professor da Unicamp, a relação universidade-empresa já estava presente desde a institucionalização da política científica e tecnológica no país. “Ela era uma política muito preocupada em consolidar a chamada infraestrutura científico-tecnológica: formação de recursos humanos, pesquisa básica. Era uma política linear porque acreditava que existia uma cadeia linear de inovação — que se faz pesquisa básica, depois aplicada, depois há o desenvolvimento econômico e depois o social —, coisa que lamentavelmente ainda faz parte do discurs-

so de boa parte da comunidade científica. Ela era também ofertista porque considerava que cabia ao governo e à comunidade de pesquisa oferecer recursos humanos e conhecimento e, ao fazê-lo, a empresa passaria a incorporar esses resultados de pesquisa e recursos humanos. Isso não aconteceu, só em poucos casos onde a iniciativa estatal estava por trás”. Segundo Carolina, isso muda com o fortalecimento do discurso da inovação. “Quando começou esse discurso mais inovacionista a discussão era de que a inovação era um processo complexo e sistêmico e não linear. Uma das implicações disso é que não é adequado a universidade transferir conhecimento para a empresa, ela tem que produzir conhecimento junto com a empresa”, compara.

Essa é a visão do secretário-executivo do MCTI, Antonio Elias. “Eu não preciso ter o pesquisador dentro da empresa, as empresas em geral querem os laboratórios de que elas podem se servir e querem fazer projetos cooperativos porque assim diminuem custo, porque um doutor na empresa subentende eu pagar o salário, INSS, etc. Eu não preciso ter o pesquisador dentro da empresa, ela tem que se servir do pesquisador”, afirma. O resultado disso é a baixa absorção de profissionais com pós-graduação pelas empresas privadas, como aponta Renato Dagnino: “Enquanto formamos 90 mil mestres e doutores em ciência dura, ou seja, engenharia, física, química, biologia, tudo aquilo que a empresa necessita para se tornar produtiva ou competitiva, entre 2006 e 2008, nesses três anos, diferentemente do que seria de se esperar só 68, de 90 mil, foram assimilados pelas empresas brasileiras. Então, isso mostra de forma irretorquível que a empresa brasileira não faz pesquisa”, destaca. Aqui é importante ressaltar para não haver dúvidas: foram apenas 68 mestres e doutores assimilados pelas empresas privadas entre 2006 e 2008, e não 68 mil.

Preocupada em estimular as parcerias entre universidades e empresas, a Lei da Inovação, promulgada em 2004, trata dos incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica nas empresas a partir de três eixos: a constituição de um ambiente propício a parcerias entre universidades, instituições de pesquisa e empresas; o estímulo à participa-



ção de instituições de pesquisa no processo inovativo e o estímulo à inovação na empresa. Como explica Carolina em sua tese, a lei possibilita às instituições de pesquisa compartilhar seus laboratórios e estruturas físicas com empresas para o desenvolvimento de atividades voltadas à inovação tecnológica, celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento de direitos de uso ou exploração de criações desenvolvidas pela instituição, prestar serviços em atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em empresas e conceder aos seus pesquisadores licença não remunerada de até três anos, renovável por mais três, para constituir empresa inovadora. A lei ainda prevê que União, instituições de pesquisa e agências de fomento à pesquisa promovam o desenvolvimento de processos e produtos inovadores nas empresas mediante concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura. “O aporte de recursos financeiros pode se dar sob a forma de subvenção econômica, financiamento, participação acionária, ou através de ‘encomendas tecnológicas’ por parte do governo”, escreve Carolina.

A Lei do Bem, por sua vez, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica, entendida como “a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado”. Rafael Dias explica que o conceito mais tradicional de inovação é o atribuído ao economista Joseph Schumpeter, que a entendia como um novo produto ou processo produtivo que a empresa faz “para se diferenciar temporariamente das suas concorrentes no mercado e gerar uma situação de desequilíbrio de concorrência que permite que ela explore um lucro diferenciado por determinado período de tempo”. Rafael completa: “A inovação é intrinsecamente ligada ao mercado, à obtenção de lucro”. Segundo ele, embora o governo federal não adote explicitamente o conceito de inovação proposto por Schumpe-

ter, ao colocar o foco das políticas no mercado, como na definição da Lei do Bem, mostra que essa formulação tem aderência na esfera pública. Dentre os incentivos fiscais previstos por essa lei estão: reduções de imposto de renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), redução de 50% do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos e máquinas destinados à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, entre outros.

Segundo Carolina, a Lei da Inovação e a Lei do Bem institucionalizaram os mecanismos de subvenção econômica à inovação no Brasil, com a concessão de recursos não reembolsáveis para empresas públicas ou privadas que desenvolvam projetos de inovação considerados estratégicos, que resultaram em um aumento significativo dos recursos públicos destinados à inovação empresarial por meio da renúncia fiscal. De R\$ 953 milhões em 1998, esse montante passou a R\$ 6,7 bilhões em 2012, segundo dados do MCTI reunidos por Carolina, que destaca que, em 2010, a renúncia fiscal total do governo federal associada a essas isenções foi equivalente a 90% de todo o dispêndio em ciência e tecnologia realizado pelo MCTI. “Ou seja, os incentivos concedidos às empresas mediante a renúncia fiscal foi apenas 10% menor do que os recursos aplicados pelo MCTI em todos os seus programas (87 no total)”, escreve ela.

Resultados aquém do esperado

Mas qual foi o resultado de tanto investimento? A Pesquisa de Inovação (Pintec), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com apoio da Finep e do MCTI, dá algumas pistas. Segundo Carolina, é possível ver ali dados que corroboram o discurso oficial, que comemora, por exemplo, o aumento dos gastos das empresas em pesquisa e desenvolvimento, que passaram de R\$ 2,19 bilhões em 2006 para R\$ 8,62 bilhões em 2010. “Isso poderia significar que a política esta alcançando o resultado que pretende, mas a questão está numa análise mais fina, quando olhamos não só quanto mas como ela está gastando e de onde vêm os recursos”. Segundo ela, o gasto das empresas nessa área como proporção do PIB, deduzidos os valores de renúncia fiscal, vem decrescendo nos últimos anos, passando de 0,25% em 2008 para 0,19% em 2010. “O que a gente observa é a substituição de recursos, as empresas não estão investindo mais e sim menos. O que significa que esses recursos públicos estão sendo usados como substituição e não têm o efeito multiplicador que o governo gostaria”. Além disso, aponta Carolina, a parcela das empresas inovadoras que fez pesquisa e desenvolvimento caiu de 33% em 1998 para 11% em 2008. “Mais do que isso, a percepção das empresas inovadoras com relação à pesquisa também caiu: em 1998, 34% das que inovaram e fizeram pesquisa acharam que ela era de alta e média importância, em 2008 esse número caiu para 12%”, ressalta. Reflexo disso foi que apenas 0,7% dos produtos e 0,2% dos processos industriais foram considerados novos para o mercado mundial em 2008. Além disso, como destaca Rafael Dias, as políticas de ciência e tecnologia e inovação implementadas hoje no Brasil advogam um conceito de inovação muito amplo. “Por exemplo, a definição da Pintec considera inovação como algo que é novo para a empresa. Pode ser que, em uma determinada indústria, uma empresa seja a última a gerar um novo produto ou processo. Ainda assim aquilo é considerado uma inovação”. De fato, os dados da Pintec mostram que a principal atividade de inovação de cerca de 60% das empresas consideradas pela pesquisa nos últimos dez anos foi comprar máquinas e equipamentos.

Em sua tese, Carolina procurou entender justamente o porquê desse comportamento do empresariado brasileiro. “Temos uma inserção no capitalismo bastante periférica: seis produtos primários respondem por 50% da pauta de exportação: café, minério de ferro, petróleo bruto, soja, carnes e açúcar”, aponta. Segundo ela, além de não demandar grandes aportes de conhecimento e tecnologia, essa produção também contribui para o quadro



de desigualdade social existente no país, por estar a produção de bens primários concentrada nas mãos de poucos produtores. “Mesmo com todas as melhorias na área social, ainda somos um dos países mais desiguais do mundo: 50% das famílias têm até um salário mínimo para sobreviver. Até 2010, o eletrodoméstico mais presente nas casas era um rádio. Tem uma demanda reprimida de produtos que já existem. Quando a gente pensa em inovação, a ideia é produzir um novo produto para um mercado de massa. Estamos num país onde metade da população tem esse perfil de renda e onde, além disso, a pauta de consumo da população dos mais ricos é exatamente a pauta de consumo dos países avançados. O carro dos sonhos do milionário brasileiro é o carro dos sonhos que já existe na Europa, o celular que todo mundo quer no Brasil é o celular que já existe lá fora. Não tem por que inovar”, aponta Carolina.

Inovação e interesse público

Renato Dagnino complementa, argumentando que o comportamento da empresa é, portanto, racional do ponto de vista competitivo. “No entanto, a comunidade de pesquisa diz de uma forma muito enfática que eles são atrasados, que não sabem o valor da pesquisa. Se temos um parâmetro para avaliar um empresário, esse parâmetro é a taxa de lucro e, sendo assim, o brasileiro está entre os melhores, e por isso não faz pesquisa”. Segundo ele, os dados mostram que a política de ciência e tecnologia voltada para o favorecimento da empresa é “contrafática” e contra a racionalidade do capitalismo. “Enquanto estamos gastando dinheiro numa coisa que não vai ocorrer e que caso ocorresse tenderia a agravar e não a melhorar a desigualdade, nós não estamos gastando recursos para desenvolver tecnologia e formar recursos humanos na área que chamamos de tecnologia social, por exemplo”. Ele chama a atenção para a disparidade na alocação de recursos no interior do MCTI: “O ministério tem uma recém-criada Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, mas ela absorve apenas 2% do orçamento; as empresas levam 40%, a comunidade científica 30% e outros 28% vão para grandes projetos de interesse do ministério, como submarino nuclear, projetos na área de defesa”.

Rafael Dias segue a mesma linha: “Com o Inova Empresa, não são apenas R\$ 30 bilhões que estão saindo do governo e indo para as empresas, são R\$ 30 bilhões que estão deixando de ir para outras coisas, como escola pública, hospital, universidade e todas essas coisas. Com esse discurso de que qualquer ciência é boa, as pessoas não questionam muito a legitimidade desse tipo de destinação do recurso público”, alerta. Mas ele acha que essa ideia deve ser colocada em discussão. “Sabemos que determinada tecnologia favorece mais a um grupo do que a outro. O bonde elétrico, que já circulou por muitas cidades brasileiras, foi aposentado faz tempo em nome do carro. Isso é um exemplo de tecnologia que favorece a alguns interesses, como as montadoras de automóveis e quem tem mais dinheiro para comprar um carro, e desfavorece aqueles que poderiam se beneficiar do transporte público”, diz o professor da Unicamp. Rafael afirma que outro fator que evidencia como as políticas públicas nessa área atendem a interesses particulares é a análise do que elas deixam de contemplar. “Planos como esse preveem, por exemplo, estímulos à produção do etanol, então claramente atendem interesses de grandes produtores rurais, mas nele não estão contempladas demandas sociais mais amplas. Por que não vamos contemplar inovações para combater problemas associados à pobreza, à exclusão social, desenvolver processos adequados para cooperativas, para pequenas propriedades familiares? É significativo pensar também naquilo que deixa de estar presente na política pública”, opina.

No artigo ‘Sobre a mercantilização da ciência: a dimensão programática’, Marcos Barbosa de Oliveira, professor da Universidade de São Paulo (USP), defende que o conceito de inovação é o cerne da principal estratégia neoliberal para promover a mercantilização da ciência. Para ele, a

alocação de recursos públicos para a pesquisa nos moldes do inovacionismo afeta negativamente o que ele chama de “ciência do interesse público”, entre outros domínios. “A ciência do interesse público pode, para nossos propósitos, ser definida como a ciência direcionada pelo interesse público, especialmente os dos setores mais pobres da população, e voltada para os problemas não susceptíveis de superação pelos mecanismos do mercado. Em muitos casos, os resultados de tais pesquisas não apenas não geram aplicações rentáveis, mas prejudicam os lucros das empresas”, escreve Marcos, dando como exemplos várias áreas com interface com a saúde, como os problemas ambientais, os riscos das novas tecnologias como os transgênicos, as consequências “nefastas” do modelo tecnológico da agricultura e, mais especificamente, a medicina preventiva, que procura avaliar o impacto sobre a saúde humana das várias formas de poluição, e das substâncias químicas encontradas nos alimentos, bem como as chamadas doenças negligenciadas, que afetam majoritariamente as populações dos países pobres, carentes do poder aquisitivo necessário para tornar rentáveis as pesquisas voltadas para seu tratamento ou prevenção. Dados da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma) mostram que o setor investiu em todo o mundo US\$ 63,2 bilhões em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em 2007. No entanto, um estudo intitulado ‘G-FINDER’, que faz um levantamento sobre o financiamento mundial de inovação para doenças negligenciadas (custeado pela Fundação Bill e Melinda Gates) mostrou que os investimentos nessa área somaram apenas US\$ 2,5 bilhões naquele ano. Um exemplo é que, dos 1.556 novos remédios registrados entre 1975 e 2004, apenas 21 foram desenvolvidos para doenças negligenciadas que, de acordo com a OMS, são responsáveis por 12% da carga global de doenças e afetam cerca de 1 bilhão de pessoas em 149 países. Além disso, continua Marcos em seu artigo, apenas 10% do montante in-

vestido em pesquisa pela indústria farmacêutica vai para doenças que afetam mais os países pobres, onde moram 90% da população. “Não é difícil entender isso, no capitalismo o interesse é acumular capital e não necessariamente isso vai ser compatível com o que a população espera em termos de atenção a demandas por saúde. Basta você ver o que é desenvolvido em termos de medicamento: em que a indústria investiu uma fortuna? Remédio para disfunção erétil”, aponta Kenneth Camargo Júnior, professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/Uerj), que vê com preocupação a predominância do discurso da inovação. “Temos que pensar o quanto isso está ligado a uma concepção privatista da questão da propriedade intelectual, que é outra grande fronteira de batalha no mundo inteiro, que bate na questão das patentes. Esse modelo de patentes para a indústria farmacêutica vem sendo crescentemente criticado”, diz, chamando a atenção para o perigo que o sigilo exigido pelas empresas acarreta para a área da saúde pública. Ele cita um exemplo que, embora tenha acontecido nos Estados Unidos, ilustra bem a importância da livre circulação do conhecimento na área. “Houve um caso de dez anos atrás que ficou célebre: uma empresa que estava fazendo um ensaio de uma droga para tratamento de doença fibrocística, e em dado momento, a médica pediatra que era a investigadora principal de um dos ensaios clínicos viu que a droga estava criando problemas hepáticos graves. Ela suspendeu o ensaio e divulgou isso para a imprensa. O resultado é que ela foi processada pelo laboratório que estava produzindo a droga por conta de uma cláusula que ela assinou que proibia a divulgação da pesquisa. Isso está cada vez mais frequente, e essa coisa do interesse do sigilo é frontalmente contra uma peça chave da ciência, que é a livre circulação do conhecimento. Essa é uma coisa que me preocupa”, diz.

Rafael Dias identifica o mesmo problema na penetração das

empresas nas universidades públicas. “Há uma crescente participação de empresas privadas em convênios de pesquisa, empresas financiando projetos de pesquisa em universidades públicas, com participação de alunos de pós-graduação. Em algumas universidades começamos a observar uma prática que é nova e está ligada a esse processo, que é a defesa de teses a portas fechadas. Quer dizer, o sujeito está produzindo conhecimento em uma universidade pública, usando infraestrutura pública e defende a tese a portas fechadas porque tem segredos industriais envolvidos. É um exemplo pontual, mas é extremamente simbólico de como esse processo de privatização do espaço público esta se dando de forma muito sutil”, alerta.

Kenneth também aponta a questão do conflito de interesses como preocupante nesse cenário de inserção da empresa privada nas instituições de pesquisa. “Há alguns anos houve uma reunião do comitê da associação cardiológica americana que decidiu que o valor ideal para o colesterol tinha que ser abaixado em um miligrama por decilitro de sangue. Ao fazer isso, instantaneamente o mercado potencial de consumidores de estatina [droga para o controle do colesterol] pulava de 13 milhões para 36 milhões. Isso só nos Estados Unidos, imagina no resto do mundo? Ai descobriu-se que dois terços dos médicos que faziam esse painel eram financiados por indústrias que produziam estatina”, relata Kenneth, completando: “Não dá para ser ingênuo e achar que o mercado dá conta de todos os problemas”.

Substituição de recursos

A análise dos dados da Pintec permite deduzir que os recursos públicos direcionados para a inovação não estão tendo um efeito multiplicador como o governo almeja, como aponta Carolina. “As empresas estão deixando de usar recursos próprios e de financiamento para usar recursos de subvenção e isenção fiscal. Então é bastante compreensível a CNI e outras entidades empresariais defenderem a manutenção e mesmo o reforço desta estratégia: que empresário não gostaria de substituir recursos próprios por públicos, principalmente os que não exigem o reembolso à instituição financeira, como é o caso dos incentivos fiscais e subvenção?”, indaga. Além disso, completa Carolina, as empresas têm seguido uma tendência de investir os recursos públicos em atividades que, embora sejam consideradas inovativas, não geram novos produtos e processos e acabam agravando a dependência externa ao fiar-se na importação de conhecimento tecnocientífico, como é o caso da compra de máquinas e equipamentos. Para piorar, como aponta a pesquisadora, para ser considerada brasileira, basta que a empresa tenha sede no Brasil, fazendo com que as multinacionais também tenham acesso aos recursos de fomento à inovação. “Como as empresas brasileiras não têm por padrão inovar, quem usa os recursos em geral são multinacionais, fazendo com que, por exemplo, a Nokia e a Motorola, entre outras tantas multinacionais, tenham acesso à subvenção no Brasil, o que é ainda mais gritante”, explica.

Márcia Teixeira, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), critica o que chama de “superfinanciamento” da inovação. Segundo ela, o Brasil está emulando o modelo norteamericano, onde 70% dos pesquisadores estão empregados nas empresas, que contam com laboratórios industriais, situação que não é identificada no Brasil. “Aqui, em geral, a saída das empresas é dizer ‘vamos fazer pesquisa através de parcerias com o público’, o que significa utilizar a infraestrutura, os pesquisadores, técnicos e tecnólogos de universidades e centros de pesquisa. É um superfinanciamento para as empresas. Além daquele que você está dando por meio da subvenção e isenção fiscal, tem uma parte que é invisível, porque se usa o lado público”, ressalta.

Leia na próxima edição reportagem sobre o Inova Saúde, subprograma do Inova Empresa para a área. ●

Educar para o setor produtivo

Pronatec é carro-chefe das parcerias público-privadas na Educação Profissional

Cátia Guimarães



“Nossas crianças estão sendo enganadas, a cabeça delas vem sendo trabalhada, e o efeito disso será sentido em poucos anos. É isso o que deseja o MEC? Se não for, algo precisa ser feito, pelo ministério, pelo congresso, por alguém”. Esse apelo foi escrito pelo jornalista Ali Kamel, num artigo de 2007, em que questiona duramente o conteúdo do livro didático ‘Nova História Crítica’, de Mario Schmidt, utilizado então nas turmas de 8ª série de algumas escolas da rede pública. Segundo ele, o livro era “uma tentativa de fazer nossas crianças acreditarem que o capitalismo é mau e que a solução de todos os problemas é o socialismo”. Mas tanto o apelo quanto o comentário bem poderiam ter sido feitos, às avessas, por alguém que lesse a apostila que ensina ‘Economia e Mercado’ aos alunos do Colégio Estadual Erich Walter Heine, em Santa Cruz, na zona oeste do Rio de Janeiro. “As pessoas parecem não enxergar o capitalismo como um sistema que tenha elevado a qualidade e a expectativa de vida ou que tenha distribuído, a muitos, bens antes reservados a poucos. Ainda se vê o capitalismo como um mecanismo criado para enriquecer os capitalistas. Rever conceitos distorcidos como esse é premissa para que a sociedade encare o ganho coletivo como a soma de lucros individuais”, diz o enunciado de um exercício da apostila produzida pela ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) para o curso técnico de administração da escola pública que funciona por uma parceria da empresa com o governo do estado do Rio de Janeiro, no Programa Dupla Escola. Ao estudarem sobre o desemprego, por exemplo, os alunos aprendem, a partir de conceitos e definições apresentadas pedagógica e cientificamente, que os “trabalhadores são despedidos porque o empregador não tem como suportar grandes períodos de produções e vendas baixas” e ao entrarem em contato com uma discussão sobre distribuição de renda, aprendem que a desigualdade de renda é não apenas justificável como coerente com uma noção de “justiça distributiva”: “Um engenheiro, por exemplo, está acima de um pedreiro no nível de renda; pois, obviamente, a capacidade que o primeiro coloca em função do esforço de produção é mais valiosa que a do segundo”.

Embora o exemplo seja do Rio de Janeiro, a estratégia da parceria público-privada como política de educação profissional no Brasil não é uma ação isolada nem propriamente uma novidade. Segundo Marcela Pronko, vice-diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), esse processo começou já na década de 1940, num momento em que, enquanto vários países da América Latina criavam sistemas estatais de educação técnica, no Brasil se apostou na criação do Sistema S, uma rede de escolas privadas ligadas a confederações de empresas de diferentes segmentos da economia, como indústria (Senai) e comércio (Senac), financiadas com recursos que são considerados públicos (ou parafiscais). “Essa era uma reivindicação de todo o empresariado: que ninguém poderia formar os trabalhadores que eles precisam tão bem quanto eles próprios. Mas, naquele momento, só no Brasil eles encontraram espaço para implantar um sistema como esse”, diz.

E esse espaço não só se mantém, como tem sido ampliado pelas políticas mais atuais de educação profissional no Brasil, que hoje se concentram no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Para o

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), Marco Antonio de Oliveira, não há problema na presença da lógica empresarial na formação profissional. “Esse é um falso debate”, diz. E completa: “É óbvio que organizações do porte do Senai e Senac estão em estreita cooperação com o mundo empresarial e a tendência natural é que elas formem em função dessa necessidade. Agora, isso não significa prescindir de conteúdos críticos ou de uma visão geral da educação, que deve pautar qualquer esforço educacional. Não adianta eu formar um torneiro mecânico, ensinar a ele a luta de classes e não ensinar como se opera o torno”.

Demanda empresarial

Da mesma forma, o secretário acredita que as áreas de oferta de formação profissional devem ser orientadas também pela demanda dos setores produtivos. Ele avalia, inclusive, que um dos problemas das políticas no passado estava na “lógica ofertista”, com “cursos de prateleira”. “Muitas vezes esses cursos não estavam em linha com a economia local e, conseqüentemente, pouco acrescentavam em termos de chances ocupacionais”, opina, e explica a mudança: “Nós estamos partindo de diagnóstico. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) elaborou um mapa da educação profissional na indústria. Nós estamos identificando as ocupações que deverão ser mais demandadas nos próximos cinco anos e fazendo uma aposta de qualificação nesses segmentos”. Para o professor da Universidade Feevale e pesquisador da área de educação e trabalho, Gabriel Grabowski, o Pronatec é o instrumento que o governo Dilma está utilizando para estabelecer um diálogo com o setor empresarial. “O problema é a qualificação profissional? O governo disponibiliza o programa e o dinheiro e diz para as empresas executarem. Entrega inclusive a gestão a elas. Foi exatamente o que Getulio Vargas fez em 1942 com o Sistema S”, compara. E completa: “O dividendo político que o governo espera é a credibilidade e o apoio desses setores”.

A valorização do diálogo com o setor privado, na avaliação de Marco Antonio Oliveira, tem a ver diretamente com a compreensão da atual política de educação profissional como estratégia de desenvolvimento econômico. “Quando falamos em qualificação, não se trata mais de melhorar as condições de ingresso do trabalhador no mercado de trabalho, mas de melhorar as condições da própria economia e permitir que, por meio dessa elevação de qualidade, você tenha ganhos de produtividade e competitividade”, explica, completando: “Estamos criando uma massa de mão de obra que seja capaz de acompanhar esse novo ciclo de desenvolvimento que o país está requerendo”. A principal preocupação, portanto, não é inserir as pessoas no mercado de trabalho a partir da formação profissional, mas aumentar a qualificação dos trabalhadores para atender a essas demandas. “Hoje nós não temos um cenário de desemprego. Há segmentos que falam em apagão de mão de obra. Isso é um exagero, mas há, sem dúvida nenhuma, uma necessidade de ampliação de qualificação, particularmente no nível técnico, nos setores mais intensivos de tecnologia, que demandam mais mão de obra especializada”, diagnostica o secretário.

O professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberto Leher, também acha que o foco da atual política de educação profissional é responder às necessidades do crescimento econômico brasileiro. Mas, de acordo com a sua análise, a estratégia é aumentar o **exército industrial de reserva**, atendendo à demanda empresarial de forçar os salários e direitos trabalhistas para baixo. Ele explica: a política neoliberal dos anos 1990 jogou milhões de pessoas, jovens inclusive, na pobreza absoluta. Dependentes de programas assistencialistas, nos moldes do Bolsa Família, essa parcela da população deixou inclusive de disputar vagas no mercado de trabalho. “Mas isso não era um problema porque, como se tratava de um período de baixo crescimento econômico, os trabalhadores disponíveis já eram suficientes para manter o salário num patamar mais aviltado”, conta. Já em meados dos anos 2000, com o aquecimento da economia, aumenta a inserção no mercado de trabalho e a pressão pela elevação de salários em setores como, por exemplo, a construção civil. “Fica claro que o exército industrial de reserva não fornece mais um grande número de trabalhadores disponíveis, porque eles são muito mal formados. São famílias que já estão organizadas

Forma como Marx se referia ao contingente de trabalhadores desempregados. “Marx salientou o fato de que o capitalismo, mesmo em época de prosperidade, necessita da existência de um número razoável de trabalhadores desempregados com a finalidade de impedir uma maior pressão sobre os preços dos salários”, explica o Dicionário de Economia. No jornal o Globo de 29 de março, encontramos um exemplo atual: na matéria intitulada ‘Emprego em alta freia PIB’, o economista José Marcio Camargo, da Opus Gestão de Recursos, diz: “É uma escolha que o país vai ter que fazer. Com essa taxa de desemprego, as pressões inflacionárias continuarão fortes. O mercado de trabalho está caminhando para um momento insustentável do ponto de vista dos custos e das pressões inflacionárias”. E completa: “Sem aumentar um pouco o desemprego será difícil evitar um aumento das pressões inflacionárias”

para estar fora do mercado de trabalho, pessoas que não buscam mais emprego. E aí há uma mudança de foco”, explica. Segundo ele, a atuação do Estado passaria a se dar, por um lado, no ensino fundamental, enfatizando um processo de socialização que permitisse a esses jovens se verem como força de trabalho; e, por outro, diretamente na educação profissional, com uma série de políticas de formação para os jovens desses bolsões de pobreza, que incentivasse essas pessoas a voltarem a procurar emprego. “Isso explica parcialmente, inclusive, a expansão de Ifets [Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia], com cursos muito direcionados para ‘gargalos de força de trabalho’. Não é que exista um apagão de mão de obra, mas é preciso que haja uma oferta maior de trabalhadores para que as empresas possam contratar por preços baixos”, resume. E exemplifica: “Em Goiás, na cidade de Catalão, há uma montadora da Mitsubishi. Já existia um curso do Senai que preparava força de trabalho para essa montadora, e que dava vazão perfeitamente, já sobrava gente. Posteriormente, o governo federal criou um Ifet em Catalão, também voltado para a Mitsubishi.

Hoje há uma derrama de mão de obra na região, permitindo que a empresa funcione com um enorme número de estagiários e, ao mesmo tempo, tenha uma alta rotatividade de trabalhadores, sempre com um patamar salarial muito baixo”.

Nacionalmente: público e privado no Pronatec

A necessidade do setor produtivo também determina, em última instância, a crescente participação das instituições privadas de ensino na política de educação profissional brasileira atualmente. Isso porque, de acordo com o secretário da Setec, a CNI calcula que a indústria vai precisar empregar 7,2 milhões novos técnicos até 2015. Para dar conta dessa demanda, a meta do Pronatec – que deve ser ampliada – é formar 3,5 milhões de técnicos até 2014. “Para expandir a oferta no ritmo necessário para fazer frente à demanda da indústria, do serviço, da própria agricultura, é preciso encontrar outros meios que não seja apenas o setor público”, justifica.

O resultado, segundo Gabriel Grabowski, é que a maioria esmagadora dos cursos do Pronatec está sendo desenvolvida pelo Sistema S. E o investimento tem sido pesado. Para se ter uma ideia, segundo o Portal da Transparência, em 2012, o Senai, serviço do Sistema S ligado exatamente à CNI, foi a instituição sem fins lucrativos que recebeu o maior volume de transferência de recursos do governo federal: R\$ 808 milhões, sendo mais de R\$ 807 milhões para “apoio à formação profissional e tecnológica”. O segundo lugar nesse ranking ficou com o Senac, outra instituição do sistema S vinculada à Confederação do Comércio, que recebeu quase R\$ 367 milhões. O professor explica que parte das ações do Pronatec, especialmente o investimento no sistema público, como a expansão da Rede Federal e do Brasil Profissionalizado, são iniciativas anteriores ao programa. O que realmente há de novo, o “Pronatec propriamente dito”, diz, é o investimento na oferta de cursos privados, principalmente via Sistema S.

Outras parcerias privadas

Além do protagonismo do Sistema S, o Pronatec conta com outras

três formas de parceria público-privada, previstas pela Medida Provisória (MP) 593/2012. Uma consiste na participação tanto de escolas particulares de nível médio quanto de instituições de ensino superior (IES) privadas na oferta de cursos do Pronatec, na modalidade de bolsa-formação, voltada para jovens e trabalhadores que já concluíram o ensino médio. A outra é o Financiamento Estudantil (Fies), que se subdivide em dois formatos. No Fies técnico, o estudante recebe do governo um crédito individual para pagar a mensalidade do curso em uma instituição privada e paga por esse empréstimo juros de 3,4% ao ano.

Já o Fies Empresa é, segundo o secretário da Setec, uma forma de incentivar empresas que queiram investir na qualificação dos seus funcionários. Primeiro, a empresa monta, ela própria, um plano de qualificação profissional, em que define não só a área da formação como também carga horária, tempo de duração do curso e o montante que quer gastar, por exemplo. Depois ela procura uma escola privada credenciada – do Sistema S, técnica ou de ensino superior – e, juntas, montam o plano do curso que será oferecido. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aprova o plano e a escola recebe os recursos necessários na forma de papéis do tesouro, que podem ser usados para abater dívidas ou serem recomprados pelo MEC, numa operação feita com a mediação do Banco do Brasil. Esse dinheiro que foi repassado para a escola é, na verdade, um empréstimo à empresa, com a mesma taxa de juros praticada com o estudante individual no Fies técnico – 3,4% ao ano –, embora com um prazo de carência menor. “É uma taxa de juros bastante vantajosa, negativa, se considerarmos que temos uma inflação analisada superior a 6%”, diz o secretário. Segundo Grabowski, essa é, principalmente, uma forma de desonerar as empresas que já desenvolviam programas de treinamento, mas não tinham como abater o investimento que faziam.

Empresas e fundações

Embora o Pronatec seja a grande política nacional, as parcerias público-privadas acontecem também nas experiências estaduais de educação profissional. A presença de fundações empresariais é muito menor na educação profissional do que na educação básica – entre os parceiros e mantenedores do Todos pela Educação, por exemplo, apenas a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Vale mantêm ações permanentes nessa modalidade, sendo esta última mais especificamente na integração com a Educação de Jovens e Adultos. No entanto, alguns governos têm investido em iniciativas nesse sentido. Um exemplo é o Projeto Dupla Escola, aquele da cartilha da TKCSA que abre esta matéria. Desenvolvido no Rio de Janeiro, e com perspectivas de ampliação, ele hoje consiste na parceria de três escolas estaduais com empresas. A Oi, pioneira nessa iniciativa, oferece, por meio do projeto Nave, cursos profissionalizantes nas áreas de elaboração de roteiros, multimídia e programação para jogos. O Grupo Pão de Açúcar desenvolve cursos técnicos nas áreas de panificação e laticínios. Já a TKCSA é parceira do governo estadual no curso técnico de administração. Em todos os casos, a educação profissional se dá na modalidade integrada ao ensino médio. Segundo Maria Aparecida Freitas, coordenadora do Dupla Escola, a Secretaria Estadual de Educação é responsável pela base nacional comum, da formação geral, e o “parceiro” entra na parte de educação profissional.

Não existe, no entanto, uma regra única para a participação do parceiro. A Oi e o Pão de Açúcar, por exemplo, pagam o salário dos professores dos cursos técnicos. Na primeira, o prédio onde funciona a escola também é da Oi. Já com a TKCSA, como explica a coordenadora, a parceria “se restringiu à construção do prédio”. Ela explica o processo: “A empresa diz até onde pode ir e nós negociamos”. E o que a empresa ganha com isso? Na opinião de Maria Aparecida, os principais interesses são promover a própria imagem e garantir a formação de mão de obra qualificada. Nesse ponto, o programa também não deixa claro como se dá a contrapartida que as empresas recebem: a TKCSA, por exemplo, divulga a sua logomarca no prédio da escola pública, no uniforme dos alunos e no material que ela produz. “A escola não tem verba para a merenda. O número de alunos triplicou desde a inauguração e a quantidade de comida se mantém. As crianças ficam com

fome”, relata um professor que não quer se identificar, denunciando o pouco investimento no Colégio Estadual Erich Walter Heine.

Mas o que há de comum em todos os casos é a participação das empresas na orientação pedagógica dos cursos técnicos, seja pelo currículo, pelo material educativo ou por outros caminhos. De acordo com o professor, representantes da TKCSA estão presentes em uma variedade de reuniões da escola e interferem nas questões pedagógicas também indiretamente, por exemplo, ao participarem da seleção dos professores que, nesse caso, são da rede pública estadual. No que diz respeito especificamente ao conteúdo dos cursos, segundo Maria Aparecida, funciona assim: a empresa elabora uma proposta de currículo, divide os conteúdos pelos anos de estudo e submete à Secretaria de Educação, que aprova e acompanha. “Temos que nos livrar de preconceitos. O professor, antes de ser do parceiro, é professor”, defende.

Marise Ramos, professora-pesquisadora da EPSJV, no entanto, diz que essa proximidade das empresas com a educação pública, no caso da educação profissional, fere o caráter “laico” da escola pública. Ela defende que a laicidade precisa ser entendida como independência não apenas em relação à interferência religiosa, mas também em relação a interesses de grupos específicos. “O princípio da escola democrática converge com o da escola laica. É o caráter empresarial de qualquer formação fere esse princípio”, diz, concluindo: “Colocar a educação profissional nas mãos de empresários significa submeter essa formação a interesses particulares e antagônicos à classe trabalhadora”. Wíria Alcântara, da direção do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe), concorda. Segundo ela, logo que foi lançada a primeira experiência do Dupla Escola, na parceria com a Oi, o sindicato chegou a receber denúncias de um gerenciamento empresarial e autoritário, com grande interferência no trabalho do professor em sala de aula. “Não é escola, é um ambiente de empresa”, resume.

Ela chama atenção também para uma situação de conflito de interesses envolvendo o Dupla Escola, a partir de um problema em que o sindicato tem atuado ativamente: as denúncias de danos ambientais e à saúde da população local promovidos pela ação da siderúrgica TKCSA, uma das parceiras do programa. A empresa, cuja regulação que permite o licenciamento ambiental é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, responde a ações civis e penais no Ministério Público Estadual. A coordenadora do Dupla Escola reconhece o dilema: “Evidentemente isso é uma coisa que in-

comoda: temos uma escola verde, que já ganhou inclusive certificado, e existem também as denúncias contra a ThyssenKrupp”, diz, mas pondera: “Nosso relacionamento com a TKCSA é em relação ao [colégio] Erick Heine. E eu acho que o poder público precisa investigar e apurar e, se for o caso, cobrar dentro do campo jurídico, administrativo, seja lá de que maneira for, todas as irregularidades que por ventura existam. O papel do poder público é garantir à população uma vida em sociedade de forma harmônica. Se tem alguma empresa que está fugindo dessa proposta, tem que ser investigada e punida, se for o caso”. Para Maria Aparecida, não é um problema que o mesmo governo – estadual – que deveria regular as questões que geraram as denúncias mantenha uma parceria com a empresa acusada. “Nós somos da Secretaria de Educação. As secretarias são divididas exatamente por causa da natureza do trabalho que desenvolvem. Se tem um ministério público que vai apurar, ótimo. Ao final da apuração, se a gente perceber que existe um contrassenso, a gente senta e vê o que se pode fazer. Até o momento, a gente fica aguardando as apurações cabíveis”, conclui. ●

Formação ou educação profissional?

Marcela Pronko, vice-diretora de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), desenvolve estudos comparados sobre educação profissional na América Latina. E, segundo ela, a nomenclatura de ‘educação profissional’ só existe no Brasil e é relativamente recente. “Ao se mudar a referência de formação profissional para educação profissional, tem-se a impressão de que se alarga o conceito, mas na verdade, vincula-se a educação ao mercado de trabalho”, analisa.

Marcela explica que a diferenciação que prevalece nos países da América Latina é entre educação ou ensino técnico e formação profissional. Os dois primeiros dizem respeito aos processos que integram o sistema regular de ensino, mesmo que, como no Brasil, tenham nascido muitas vezes vinculados ao Ministério do Trabalho e outros. Já a formação profissional daria conta de cursos como os de qualificação, que não fazem parte do ensino regular, têm carga horária menor e visam preparar o trabalhador para ações mais específicas. “Alargar o sentido da formação ou do ensino para o da educação, que envolve todos os aspectos da formação humana, é uma bandeira da esquerda. Mas aí se acrescenta o adjetivo ‘profissional’. Com isso, encurta-se o sentido e nessa ideia de educação profissional passa a caber qualquer coisa, desde o curso específico de dez horas até os cursos mais elaborados”, explica.

Ela explica que essa associação da educação a um mercado de formação pode ser acompanhada principalmente pelas recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Segundo ela, desde 1939 os documentos dessa entidade reconheciam a formação profissional como um direito do trabalhador à qualificação e requalificação continuada. Já nos documentos da década de 1990, essa ideia de direito desaparece. O grande marco, no entanto, viria na recomendação 195, de 2004, que, de acordo com Marcela, traz claramente as ideias de mercados de formação, competências e empregabilidade. Além disso, segundo ela, passa a tratar os trabalhadores como indivíduos e apresenta de forma inédita o papel do setor empresarial na formação profissional: o governo paga, a empresa executa. “É o Pronatec”, exemplifica a pesquisadora.



“Homossexualidade” classificada como doença

302.0 Homossexualidade

Atração sexual exclusiva ou predominante por pessoas do mesmo sexo com ou sem relacionamento físico. Codifique a homossexualidade aqui seja ou não a mesma considerada transtorno mental.

Este era o texto da Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS) datado de tempos recentes, na edição de 1975, no qual a ‘homossexualidade’, além de ser considerada uma doença, se classificava dentro do capítulo de ‘Transtornos mentais’, na subdivisão ‘Desvios e transtornos sexuais’. De acordo com o artigo ‘Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças’, do Professor Emérito da USP e ex-diretor do Centro da OMS para a Classificação Internacional de Doenças, Ruy Laurenti, o termo passou a existir na CID a partir da 6ª Revisão (1948), na Categoria 320 ‘Personalidade Patológica’, subcategoria ‘Desvio Sexual’ e manteve-se assim na 7ª Revisão (1955). Já na 8ª Revisão (1965), a homossexualidade saiu da categoria ‘Personalidade Patológica’, passando para a categoria ‘Desvio e Transtornos Sexuais’ (código 302), permanecendo até a edição de 1975.

Somente em 1989, quando a nova Classificação foi aprovada pela Conferência Internacional para a 10ª Revisão e adotada pela 43ª Assembleia Mundial de Saúde, é que foi derrubada esta classificação da homossexualidade como uma doença. No ano seguinte, em comemoração a esta conquista, no dia 17 de maio, passou-se a celebrar o Dia Internacional contra Homofobia. A partir de então, nesta data são promovidas diferentes manifestações em todo o mundo.

A CID-10, publicada em 1993, não faz referência direta à homossexualidade, mas enquadra outras ‘doenças’ relativas a ela como, por exemplo, o ‘Transtorno da maturação sexual’, dentro do grupo ‘Transtornos mentais e comportamentais’ e subgrupo ‘Transtorno da personalidade e do comportamento adulto’, no qual define a doença com a seguinte redação: “O paciente está incerto quanto a sua identidade sexual ou sua orientação sexual e seu sofrimento comporta ansiedade ou depressão. Comumente isto ocorre em adolescentes que não estão certos de sua orientação (homo, hetero ou bissexual), ou em indivíduos que, após um período de orientação sexual aparentemente estável (frequentemente ligada a uma relação duradoura), descobrem que sua orientação sexual está mudando. Encontram-se enquadrados como doença também no grupo de transtornos mentais e comportamentais, no subgrupo ‘Transtornos da preferência sexual’ (F65) o “travestismo fetichista”. “Vestir roupa do sexo oposto, principalmente com o objetivo de obter excitação sexual e de criar a aparência do sexo oposto (...)”. Este último se encontra no mesmo grupo de doenças como pedofilia, sadomasoquismo e voyeurismo.

Fonte: Código Internacional de Doenças (CID-08), Ed. 1965; Código Internacional de Doenças (CID-9) e Ed. 1975 e Código Internacional de Doenças (CID-10), Ed. 1995

PRA LEMBRAR

12 de maio

Entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, policiais exterminaram cerca de 500 jovens das periferias paulistas. Este evento deu origem ao movimento ‘Mães de Maio’, que se reúne na semana do dia das mães para lembrar a tragédia e lutar contra a impunidade deste e de outros casos.

26 de junho

Em 1968, aconteceu, no Rio de Janeiro, a Passeata dos 100 mil, que reuniu um grande número de pessoas, incluindo estudantes, artistas e intelectuais, em protesto contra a ditadura civil-militar. A imagem da manifestação ficou conhecida pela faixa que dizia: ‘Abaixo a ditadura. O povo no poder’.

DANIEL CARA

‘A Conae vai ter o desafio de tirar governo e parlamentares da zona de conforto’

Cátia Guimarães

Em 2010, quando os delegados se reuniram para a 1ª Conferência Nacional de Educação (Conae), a expectativa era formular conjuntamente as principais orientações para um novo Plano Nacional de Educação (PNE). Terão se passado quatro anos em 2014, quando será realizada a 2ª Conae. Mas, na avaliação de Daniel Cara, cientista político e coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, provavelmente o PNE ainda estará tramitando no Congresso. Ele avalia que a versão do Plano que foi aprovada na Câmara incorpora algumas das principais lutas dos movimentos sociais da educação. Mas alerta que, no Senado, onde tramita atualmente, o projeto tem sofrido modificações preocupantes. Daniel acredita, no entanto, que uma das principais deliberações da Conae inseridas no PNE – a exigência de aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação – não tem mais volta.

Agendada para o período de 17 a 21 de fevereiro do ano que vem, a 2ª Conae deve ser antecedida por etapas municipais e estaduais ao longo de 2013. É para subsidiar esse debate que a Poli dá início, com esta entrevista, a uma série de reportagens que vão discutir os eixos temáticos da próxima Conferência Nacional.



O principal objetivo da 1ª Conae foi estabelecer diretrizes para o novo PNE. O Plano que tramita hoje no Congresso reflete as principais proposições da Conae?

Aquilo que foi aprovado na Câmara dos Deputados reflete, com algumas tensões, que se dão mais fortemente na meta 7, sobre qualidade da educação. Por pressão de algumas fundações empresariais, essa meta contempla duas posições. Uma considera que a meta de qualidade da educação deve ser estabelecida pelo Ideb, o que para nós é insuficiente. Mas tem também a nossa posição, de que é preciso garantir os insumos, condições de trabalho, melhor remuneração para os professores, um currículo nacional amplo e não um currículo mínimo, que eles defendem através da ideia de “expectativa de aprendizagem” – um termo que conseguimos retirar do projeto original do Plano, mas acaba sendo dito de outra forma. De qualquer maneira, simbolicamente, no Plano Nacional de Educação, as proposições da Conae acabaram prevalecendo. Mas esse grupo também se articulou. Eles

não têm atuação no Congresso com presença nas sessões, não debatem com os parlamentares, no âmbito público, acabam fazendo um trabalho de bastidor, de pressão, de financiamento de campanha. O nosso jogo é público, aberto. Fizemos um grande processo de mobilização de emendas junto aos parlamentares. E algumas questões como, por exemplo, a lógica de currículos com debate público dentro da escola pública, a aplicação dos 10% do PIB com meta intermediária, a exigência da construção de um Sinaeb (sistema nacional de avaliação da educação básica), tudo isso acabou entrando no Plano. Outra tensão está na meta 19, sobre como deve ser a escolha dos diretores. Nós apostamos num processo de eleição que parta dos professores mas o governo, muito mobilizado pelos setores empresariais e tomando como base a experiência de São Paulo, defende a proposta de concurso. Existem sindicatos importantes em São Paulo que também defendem concurso para diretor de escola. Esse debate, que na nossa opinião parte de um conceito enviesado de meritocracia, está posto e tem um rebatimento também em algumas fundações empresariais.

A tramitação do PNE está longe de acabar?

Alguns senadores começam a apontar que o próprio governo agora opta por atrasar o PNE o máximo possível. Isso é demonstrado empiricamente quando você observa a postura do relator [José] Pimentel [PT-CE]. Logo que recebeu o projeto, ele lançou um relatório muito ruim, que abria brechas para que o setor privado abocanhasse recursos da educação pública e foi muito criticado. Ainda não temos a segunda versão do relatório. Ele já recebeu

emendas, então deve inclusive satisfação aos seus colegas, que fizeram falas, atuaram de forma incisiva sobre aquilo que ele propôs. Então estamos num momento ainda de saber qual é a do governo. Os governistas dizem que o governo quer esperar os recursos dos royalties. Mas do jeito que está posta hoje a Medida Provisória (MP) 592, enviada pela presidente Dilma, segundo nossos cálculos, só 0,2% do PIB viriam de recursos do petróleo para a educação. A MP atualmente só considera duas grandes fontes de financiamento: os novos contratos do regime de concessão, que é uma área já muito explorada – por isso só daria mais 0,2% do PIB para a educação, e em 2020 – e o rendimento do fundo social do pré-sal. Mas esse fundo começa pequeno, porque a exploração do pré-sal é crescente, depende muito do preço do petróleo... Supondo que a exploração do pré-sal transferisse para o fundo social R\$ 1 bilhão, o resultado da aplicação desse dinheiro estaria na casa dos R\$ 100 milhões, que é menos do que um dia da prova do Enem. E provavelmente vai ser bem menos do que isso. Pelos cálculos, se de fato todos os recursos do petróleo arrecadados pelo Estado vierem para a educação, dá 3,5% do PIB. Isso só considerando a contribuição da União; se considerarmos também a contribuição vinculada de estados e municípios, vamos para 4,12%. Aí estaríamos bem próximos dos 10% do PIB – hoje temos 5,3%, precisamos encontrar 4,7% a mais. Defendemos que se some a isso o imposto sobre grandes fortunas, o que para mim é uma questão de justiça social, porque o Brasil é um dos poucos países do mundo em que os trabalhadores que ganham até três salários mínimos pagam 53% da sua renda em impostos e quem ganha mais do que 30 salários paga só 29%. O Fórum Nacional de Educação defende que todos os recursos do petróleo, não só os royalties, muito menos só os royalties dos novos contratos, venham para a educação. Mas é muito difícil. O fato é que o governo não pode mais retroagir na defesa dos 10% porque essa briga a

gente ganhou. A gente bancou uma decisão política de apontar o quanto era necessário ser investido para garantir uma educação de qualidade e a sua expansão. Temos que expandir muito, no ensino superior, na creche e no ensino médio, garantindo permanência, com padrão de qualidade. E isso custa 10% do PIB. A gente primeiro fez essa conta para depois dizer como financiar. O Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada] até prestou um serviço importante: listou fontes de financiamento e disse que era possível alcançar. O Mantega disse que isso quebraria o Estado, a Ideli Salvati disse que era uma gracinha, disseram que era uma irresponsabilidade, considerando que estamos vivendo um momento de crise econômica. O governo caiu no ridículo porque dizer que a educação vai quebrar o Estado é não ter o mínimo discernimento sobre aquilo que reza a Constituição: Educação é o primeiro direito social listado, essa república defende os direitos sociais e, portanto, não dá para dizer que um direito social vai quebrar o Estado. Como não dá mais para o governo retroagir sobre os 10% do PIB, e também não tem a coragem política de tomar isso como prioridade, ele deve tentar protelar a tramitação do PNE.

O cálculo do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) independe dos 10% do PIB?

Ele é a base do nosso cálculo de 10% do PIB. A estratégia para alcançar os 10% do PIB é a implementação, em dois anos, do Custo Aluno-qualidade Inicial (CAQi), sendo que a União vai ser responsável por complementar recursos para estados e municípios que não alcançarem o patamar do CAQi. O custo Aluno-Qualidade Inicial é um mecanismo criado por nós, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, aprovado na Conae. Há ainda uma deliberação do Conselho Nacional de Educação, o Parecer 8, de 2012, que até hoje não foi homologado. O CAQi tem que ser implementado em dois anos. Em dez anos, temos que sair do patamar inicial, que é um padrão mínimo de qualidade, para um padrão de qualidade mais próximo dos países desenvolvidos. Isso a gente propôs, e o relator [deputado Angelo] Vanhoni sempre defendeu, mesmo defendendo menos do que 10% do PIB. A contradição é que com menos de 10% do PIB não se viabiliza o CAQ. A implementação do Custo Aluno-Qualidade vai forçar os 10%.

Com o PNE já desenhado, quais os desafios da 2ª Conae?

Primeiro é importante ressaltar que o PNE ainda está em disputa. Tivemos vitórias mas o Senado está tentando recuar, afirmando que é uma posição de governo. O Fórum Nacional de Educação, e as próprias entidades individualmente, vão ter que atuar muito, no cotidiano do Senado. Essa Conae vai ter antes um desafio de pressionar pela aprovação do PNE, e de um PNE que a gente diga que é para valer.

Você acredita que, na Conferência, o PNE não terá sido votado ainda?

A tendência é essa. Vamos calcular: estamos em abril e, no Senado, três comissões vão deliberar sobre o PNE, fora o plenário. Na última comissão, que é a de mérito, diversos senadores têm muitas dúvidas e discordâncias sobre aquilo que está sendo debatido na Comissão de Assuntos Econômicos. Tem senadores que podem apresentar projetos substitutivos globais. Então, a tendência é que só 2013 seja o prazo de deliberação sobre o PNE dentro do Senado. Depois tem uma rodada na Câmara, precisa entrar na agenda de plenário, a depender da posição do presidente da Casa. Então, na minha opinião, a Conae vai ter o desafio de tirar o governo e os parlamentares da zona de conforto e pressionar para que o PNE seja aprovado e que seja um PNE para valer, orientado pelas deliberações da Conae, que fez uma atualização da agenda histórica – e descumprida – na educação. Ao mesmo tempo, ela vai ter o desafio de apontar deliberações que não atuem só no âmbito federal, que também demonstrem orientações para estados, municípios e distrito federal, ajudando na construção dos planos municipais e estaduais de educação.

Você destacaria algumas propostas importantes da 1ª Conae que poderiam já ter sido implementadas, independentemente do PNE, e não foram?

O primeiro caso urgente era a questão da lei das cotas, que já foi implementada. Eu só quero reforçar que praticamente todas elas são anteriores à Conferência: a Conae atualiza, reforça, mas faz tudo parte de um processo de construção. Na Conae aprovamos a vinculação de todos os recursos à educação, inclusive com critérios de prioridade: isso já poderia ter sido feito. A MP 592 demonstra uma intenção mas não resolve o problema. O Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa poderia seguir mais aquilo que a Conae sugeriu. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica também não depende do PNE. E ele deveria ser implementado, porque o Ideb é uma ferramenta ruim. É muito preocupante quando você observa que o sistema de avaliação está dando uma resposta errada, incompleta. Você orienta as políticas com base nessa avaliação no rumo errado porque o sistema é ruim. Não é nem um sistema, na verdade, é um índice. Precisamos avançar para um sistema. O Custo Aluno-Qualidade já poderia ter sido homologado porque a decisão do Conselho Nacional de Educação é de maio de 2010 e até hoje nem o ministro anterior, Fernando Haddad, nem o atual, Aloizio Mercadante, homologaram o parecer. Para a erradicação do analfabetismo ou, como a gente prefere dizer, a universalização da alfabetização, também já poderia estar sendo implementado um programa mais consistente, e isso é uma deliberação da Conae. Processos de formação dos professores que sejam de fato coerentes e com qualidade também poderiam estar sendo implementados. Uma política de rediscussão e reprogramação dos conveniamentos em creche e na educação especial poderia estar sendo implementada. Na prática, todas as deliberações da Conae poderiam estar sendo implementadas e, para isso, o governo deveria instituir um grupo de trabalho interministerial. Isso seria o governo respeitar o artigo 1º da Constituição, que diz que a democracia é exercida indiretamente através dos representantes e diretamente pelo cidadão. As conferências são efetivamente um processo de democracia participativa direta. É um processo gostoso, interessante, a gente se sente construindo um processo de definição de rumos, mas precisa ser encarado, pelo governo, como algo sério e decisivo.

Esse modelo tem sido pouco efetivo só porque não tem resposta do governo ou há problemas nas conferências como instrumentos de participação?

A conferência já atua sobre a política de educação e tem dado uma contribuição importante, mas não foi assumida como uma agenda para o governo. Quando queremos legitimar uma pauta perante o Congresso ou o MEC, dizemos que foi aprovada na Conferência, então tem que seguir. A gente acredita nisso, que conferência gera agenda. E como o governo não assume isso antes do processo de proposição de uma política, a gente faz com que essas deliberações da Conferência contem no decorrer do processo de discussão. A Conae só vai ser uma conferência totalmente influente quando o setor privado e o governo disputarem as deliberações da Conferência Nacional de Educação. Eles participam, até falam, mas não disputam o voto. Hoje provavelmente perderiam, mas não estão nem pensando em estratégias de ganhar. Hoje majoritariamente são os movimentos que disputam. A tendência é que os movimentos, o campo dos direitos ganhe porque há muito mais trabalhadores da educação – são 2 milhões – do que donos de estabelecimentos privados e gestores públicos. Eles atuam por outros meios. É nesse sentido que tem que melhorar o formato, não para aumentar a participação do governo e dos empresários, mas para fazer com que as deliberações da Conae sejam mais debatidas, discutidas e negociadas. A gente tratou a conferência como um elemento muito estratégico da nossa intervenção no Congresso. Isso deu muito certo, criou muito constrangimento. Com isso, o setor privado começa a perceber que ele pelo menos tem que dizer na Conferência que a questão não é consensual. Saiu como

consensual, com 100% do plenário, por exemplo, a defesa do dinheiro público para a escola pública. Agora eles vão tentar mostrar pelo menos que não é consensual. E aí vai se dando um fortalecimento do processo democrático da conferência.

Como está a mobilização nacional em torno da 2ª Conae?

Está começando a esquentar, como aconteceu na conferência passada. Mas as pessoas tiveram muita expectativa em relação à assunção das deliberações da Conae como diretrizes efetivas para o PNE. E o governo não agiu dessa forma, não respeitou as deliberações da Conae como deveria. A gente fez com que as deliberações da Conae fossem respeitadas na nossa incidência no parlamento, contando, é importante dizer, com todos os partidos. Na Câmara, poucas questões do PNE não foram unânimes. Mas você vê que o processo ainda está longe de se concretizar. Então, as pessoas olham a tramitação do PNE e, por mais que tenham o sentimento de conquista, não conseguem perceber que, para essa conquista, parcial ainda, a Conae teve uma função estratégica. Elas não veem isso porque tinham a expectativa de que as deliberações da Conae fossem assumidas pelo MEC. E com isso, a gente parte para um processo de mobilização que nasce de uma decepção. O que eu acho que a gente vai ter que demonstrar para o cidadão que foi delegado na passada e provavelmente é o público que tende a ser também nesta, é que a conferência ainda não está terminada. A conferência também tem que servir para criticar, pressionar, tem que ter moções que mostrem que o governo não conseguiu cumprir aquilo que tinha prometido, que era usar as deliberações da conferência como diretrizes para o Plano. Tem que também pressionar os parlamentares: não é aceitável que um Plano tramite durante quatro anos. O Brasil não pode se dar ao luxo – aliás nenhum país pode, mas especialmente um país com tantos problemas e tão complexo como o Brasil – de abrir mão de um instrumento de planejamento que determine um rumo global para a área. E está abrindo mão. ●

CLT comemora 70 anos

Principal
conquista
social dos
trabalhadores
ainda sofre
ataques após
sete décadas
de criação

Viviane Tavares



Wilson Dias / ABR

O ano era 1943. O cenário era um Brasil desenvolvimentista. Ainda que a maior parte da mão de obra se encontrasse no campo, os sindicatos e os trabalhadores da cidade já buscavam seus direitos com diferentes manifestações e greves. Getúlio Vargas era presidente no período em que mais de 15 mil leis trabalhistas circulavam no país. Conquista para uns, jogo político para outros, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) brasileira é considerada até hoje um dos maiores avanços dos direitos sociais trabalhistas no país.

Famoso pelos seus '1º de maio' sempre marcantes, Getúlio Vargas anunciou naquele ano de 1943 que, a partir de então, todos os trabalhadores, exceto os rurais, domésticos, servidores e empregados públicos seriam regidos pela CLT. Nesta mesma data foi promulgada também a criação da Justiça do Trabalho, da Lei Orgânica da Previdência Social e do Salário Adicional para a Indústria. O decreto, que passou a regular as relações entre empregadores e empregados, entrou em vigor no dia 10 de novembro do mesmo ano. Em matéria publicada pelo Jornal do Brasil no dia 2 de maio de 1943, é relatado que o presidente declarou que para a elaboração da nova legislação trabalhista ele buscou o equilíbrio entre o capitalismo e socialismo. "As nossas realizações em matéria do amparo ao trabalhador constituem um corpo de normas admiradas e imitadas por outros países. Para atingir esse objetivo não desencadeamos conflitos ideológicos nem transformamos o Estado em senhor absoluto e o trabalhador em escravo", dizia Getúlio Vargas durante o discurso que reuniu mais de 100 mil trabalhadores.

Fazem parte das principais conquistas o limite de horas da jornada de trabalho semanal, além do período de descanso, as férias anuais,

A chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Domésticas (478/2010) promulgada no mês de abril nada mais faz do que garantir aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos garantidos pelos demais, já previstos desde 1943 na CLT. Nas exigências, muito contestadas na mídia, estão o pagamento de hora extra, adicional noturno, jornada de 44 horas diárias e garantia do salário-mínimo. "A empregada doméstica é a que mais se remete a certas formas de trabalho impessoais, a formas de poder direto, que remetem à escravidão. A resistência é muito grande. E não exatamente pelo fato de essa mudança ter a capacidade de onerar financeiramente as classes médias. É mais do que isso: é uma dificuldade de conceder direitos, do reconhecimento de uma relação. O que elas estão conquistando agora é o que os trabalhadores já têm há muito tempo", analisa o professor-pesquisador da EPSJV/Fiocruz José Roberto Reis.

a determinação de salário igual para trabalhador igual, a licença maternidade e a instituição da Carteira Profissional. Na análise do economista Marcio Pochmann, o impacto da CLT no momento de sua criação foi pequeno. “Ela se voltou fundamentalmente a trabalhadores urbanos. Em 1940, para cada dez trabalhadores brasileiros, nove estavam no meio rural e apenas um a cada dez estavam na cidade. Portanto, a cidade ainda era minoritária do ponto de vista da geração de emprego, mas tinha valor estratégico especial porque havia o projeto brasileiro de expansão urbana e industrial. Na década de 1980 passamos a ter cinco em cada dez trabalhadores submetidos à legislação social e trabalhista”, explicou.

De acordo com o professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Ricardo Antunes, a CLT nasceu num contexto particular no Brasil, num período que ele chama de “revolução entre aspas”. “A Revolução de 30 foi mais do que um golpe e menos do que uma revolução burguesa. Ela é um levante político militar das classes dominantes, porém, mudou o projeto de país, de um capitalismo de base agrária mercantil exportadora centrada no café para um projeto modernizador industrializante de perfil nacionalista. E isso significava mudar o conjunto das frações dominantes no poder, com um relativo desprivilegiamento da burguesia cafeeira em favor de um relativo fortalecimento das demais frações da burguesia agrária e um natural incentivo a um projeto industrializante”, explica o professor.

CLT e os sindicatos

Ricardo Antunes defende que o surgimento da CLT deve ser encarado a partir de duas frentes. O primeiro é como conquista de direitos trabalhistas, mais comum na análise até hoje. A outra, como forma de organização sindical. “A legislação sindical estabelecida pelo Getulismo começa em 1931 e chega a 1937 com a organização do trabalho na Constituição. Toda

a esquerda e os críticos da época disseram que a Constituição de 1937, no que concerne à relação sindical, era uma súplica da Carta del lavoro do fascismo italiano, porque tinha embutida a ideia de que o sindicato é um órgão controlado pelo Estado”, analisa o professor da Unicamp. E completa: “Até nisso o Getulismo é complexo. Na medida em que a legislação sindical de controle era claramente estatizante, antiautônoma, anti-classista, pró-conciliação, fundada no imposto sindical, no assistencialismo, baseada no enquadramento sindical, também garantia a um conjunto de categorias como os bancários, a possibilidade de criar sindicatos porque a lei permitia a partir de então”, avalia.

Durante o período do Getulismo foram criados o Ministério do Trabalho, em 1930, e a chamada Lei da Sindicalização, em 1931, com o decreto 19.770, ambos reconhecidos como formas de frear o sindicalismo. Em consequência, o professor relembra que a legislação sindical embutida na CLT era predominantemente controladora e coercitiva quando se tratavam de sindicatos influenciados pelo Anarquismo e Comunismo. “Fecham-se esses sindicatos e cria-se o sindicato oficial do metalúrgico em São Paulo, por exemplo. Getúlio fez uma coisa importante: só tinha direito à legislação trabalhista quem fosse filiado ao sindicato oficial. Para as categorias organizadas, o Getulismo era repressão pura. Para aquelas com menor nível de organização, foi possível criar um sindicato legal que antes o patronato não aceitava. É por isso que a CLT é, na sua riqueza, na sua contradição, nas suas consequências, nas suas multitenências, um documento importante”, explica.

Ricardo Antunes chama a atenção também para a questão da unicidade sindical. Segundo o professor, esta determinação é prejudicial porque impõe uma forma de organização. “Só um sindicato pode ser criado em uma categoria em uma base territorial, que pode ser um município, um estado ou um país”, informa.

Leia alguns trechos:

“(…)A organização sindical ou profissional é livre. Mas somente o sindicato legalmente reconhecido e submetido ao controle do estado tem o direito de representar legalmente a categoria dos empregadores ou de trabalhadores para a qual é constituído; de tutelar-lhes, face ao Estado e outras organizações profissionais, os interesses; de estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os pertencentes da categoria, de impor-lhes contribuições e de exercer, por conta disto, funções delegadas de interesse público”.

“(…)As ações dos sindicatos, o serviço conciliativo dos órgãos corporativos e as sentenças da magistraturas do trabalho garantem a correspondências do salário ante as exigências normais de vida, às possibilidades da produção e ao rendimento do trabalho. A determinação do salário é subtraída a qualquer norma geral e confiada ao acordo das partes nos contratos coletivos”.

Flexibilização

Ao longo destas sete décadas, surgiu uma extensa quantidade de leis com o intuito de flexibilizar a legislação social trabalhista. Entre os pontos mais críticos são destacados o fim da estabilidade após dez anos no mesmo trabalho, que ocorreu em 1966, com a lei 5.107, que, em contrapartida, criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e a criação de empresas de trabalho temporário pela lei nº 6.019, de 1974 e pelo Decreto 73.841/74. Além disso, outras iniciativas foram surgindo mais recentemente, como o contrato por tempo determinado, o banco de horas no lugar da hora extra, ambos pela lei 9.601 de 1998, e a ampliação da jornada de diversas categorias, por meio de diferentes projetos de lei. O professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saú-



CPDOC / JCB

de Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), José Roberto Reis, explica que hoje a maior disputa é para que se mantenham os direitos garantidos pela CLT. “O ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em um discurso feito no ABC, declarou que a CLT é o AI5 dos trabalhadores brasileiros. Esta declaração é explicada porque ela exige uma unidade sindical e o imposto sindical obrigatório, que, de alguma forma, criou um viés corporativo, impediu a livre negociação”, analisa o professor. “Mas, com o passar do tempo e a vinda da tempestade neoliberal entre 1970 e 1980, que no Brasil foi um pouco mais a frente, iniciada pelo presidente Collor e intensificada com o Fernando Henrique Cardoso nos anos 1990, deixamos de ver a CLT como uma coisa cheia de problema e passamos a lutar por ela. É aquele velho ditado: ruim com ela, pior sem ela”, completa.

De acordo com a Câmara dos Deputados, tramitam na casa cerca de cinco mil projetos que propõem alguma alteração normativa nas leis trabalhistas. No Senado, este número chega a cerca de 400 projetos de lei. Exemplos são o PLP 31/2011, do deputado Filipe Pereira (PSC/RJ), que propõe a contratação de trabalhador com pagamento por hora trabalhada;

o Projeto de Lei nº 948/2011, de autoria do deputado Laércio Oliveira (PR/SE), que pretende alterar a CLT para que o empregado não tenha direito de reclamar direitos trabalhistas, caso não tenha se manifestado até o momento da rescisão; e o Projeto de Lei nº 4.193/2012, do deputado Irajá Abreu (PSD-TO), que assegura o reconhecimento das convenções e acordos coletivos, com propósito de estabelecer a prevalência do negociado sobre o legislado. E no que toca aos sindicatos, um exemplo é o Projeto de Lei 252/2012, que modifica o prazo de duração dos mandatos sindicais e altera os critérios para eleições nas organizações sindicais. Um ainda mais drástico, de autoria do deputado Sílvio Serafim Costa (PTB-PE), visa ao fim da CLT e o surgimento do Código do Trabalho (1.463/2011). “Eu sou inteiramente contra o fim da CLT no que concerne aos direitos do trabalho. Essa transformação dos anos 90 no Brasil faz com que o capital exija o fim da CLT. Com isso, numa tacada, quebram-se todos os direitos do trabalho e cria-se o império do negociado sob o legislado, que seria uma tragédia”, opina Ricardo Antunes. E reitera: “Mas sou completamente a favor da democratização sindical eliminando tudo na CLT que estatiza, controla e leva à perda da autonomia sindical. Em verdade, na Constituição de 1988, parte deste trabalho já foi feito”.

Além de tantos projetos de lei, a entidade patronal Confederação Nacional da Indústria (CNI), elaborou um documento intitulado ‘101 propostas de modernização das relações trabalhistas’ que entregou recentemente à presidente da República, Dilma Rousseff. O documento contou com a participação de economistas, advogados, contabilistas e consultores e foi lançado em dezembro de 2012 durante o 7º Encontro Nacional da Indústria (ENAI), em Brasília. Entre as propostas estão ‘Espaços de ne-

gociação individual’, que propõe que cargos de gestão, definidos pelo documento como o dos profissionais que não são “hipossuficientes”, possam ter autonomia para negociar as cláusulas dos seus contratos de trabalho. A ‘Caracterização de trabalho escravo’ é outro item em que o documento propõe o estabelecimento de critérios legais, objetivos e adequados para caracterizar o trabalho escravo. Como diz o texto: “situações de mera informalidade contratual ou de descumprimento de normas específicas da legislação trabalhista são comumente gravadas como trabalho análogo ao de escravo pelas instituições fiscalizadoras do trabalho”. Em relação à hora *in itinere*, aquelas relativas ao tempo gasto pelo trabalhador no deslocamento casa-trabalho e vice-versa, e que são computadas na jornada, desde que o transporte seja oferecido pela empresa e o local de trabalho de difícil acesso, o documento afirma que com esse direito, além de se tributar um benefício oferecido ao trabalhador, “limita-se a possibilidade de realização de horas extras para suprir uma eventual necessidade de aumento da produção, visto que uma parte da jornada é consumida com o tempo de deslocamento”.●

“A CNI é a representante da indústria brasileira, setor econômico que responde por um quarto da economia nacional, emprega um em cada quatro trabalhadores com carteira assinada e é responsável por um terço dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento do país. Líder do sistema de representação sindical da indústria, a CNI reúne 27 Federações de Indústria, nos estados e Distrito Federal, e cerca de 1.300 sindicatos patronais espalhados pelo Brasil”.

Fonte: www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional



Direita e esquerda: das revoluções liberais ao capitalismo globalizado

Ainda faz sentido falar em direita e esquerda hoje em dia ou essas noções tornaram-se obsoletas?

André Antunes

Nos idos de 1789, a França estava em polvorosa com a ebulição das lutas sociais da Revolução Francesa. Se você se lembra um pouco das aulas de História, deve saber que esse foi o nome dado ao conjunto de movimentos capitaneados pela ascendente burguesia comercial – aliada a setores populares – que pôs fim, naquele país, ao absolutismo e aos privilégios das classes que então ditavam os rumos do país, notadamente a nobreza e o clero. O período deu origem à primeira Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, difundindo paulatinamente para a Europa e para o resto do mundo os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

A Revolução Francesa deu origem também a definições que usamos até hoje para designar posicionamentos no âmbito do espectro político, como as noções de esquerda e de direita. Mas será que essas noções são válidas ainda hoje? Pois é, como diria aquele personagem de um famoso programa humorístico: há controvérsias... Que o diga Marina Silva, que em pronunciamento feito durante o lançamento de seu novo partido, em fevereiro deste ano, afirmou que ele não será “nem de direita nem de esquerda”, e sim “à frente”. E ela não está sozinha. Pelo contrário, com a afirmação, Marina passou a fazer parte de um vasto rol de políticos contemporâneos, como o ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, que defendem que falar em esquerda e direita na política atual perdeu o sentido ou tornou-se anacrônico.

História e tensionamentos

A classificação das correntes políticas e ideológicas entre direita e esquerda tem origem na posição que cada setor ocupava na Assembleia Nacional da Revolução Francesa. Os setores do chamado Terceiro Estado – formado pela burguesia, baixo clero, trabalhadores urbanos e camponeses –, que clamavam por mudanças mais profundas na sociedade francesa, sentavam-se à esquerda, enquanto o Primeiro e o Segundo Estados, que representavam a nobreza e o clero respectivamente, e defendiam a manutenção de seus privilégios, sentavam-se à direita.

A historiadora Virginia Fontes, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), explica que o significado dessas noções passou por diversas inflexões nesses mais de dois séculos desde a Revolução Francesa. “No século 19 as noções de direita e esquerda passam a recobrir de maneira mais incisiva essa marca que vão conservar até hoje,

dos que defendem o capitalismo e os que o contestam. Do ascenso da luta operária até a Revolução Russa de 1917, e daí ao longo de praticamente todo o século 20, a noção de esquerda incorporou um elemento anticapitalista forte”, afirma. No início do século 20, diz ela, cristaliza-se uma cisão no interior da própria esquerda, entre os que defendiam a ruptura com o capitalismo por meio de uma revolução e setores que acreditavam que o capitalismo poderia ser melhorado, ou reformado, de modo a oferecer melhores condições de vidas aos trabalhadores. “Esse foi o papel cumprido classicamente pela socialdemocracia na Europa, ainda que no início do século 20 tivesse como objetivo o socialismo”, explica.

A noção de direita também ganhou novos contornos, especialmente com a eclosão das revoluções comunistas do século passado – notadamente, na Rússia, na China e em Cuba – e a emergência da Guerra Fria, como explica Virginia Fontes: “Nela constituiu-se uma contrarrevolução preventiva com um teor nitidamente anticomunista que endureceu um pouco essa categoria, à medida que a direita passou a defender um capitalismo mais duro, inclusive com condições de intervenção política para esmagar a democracia se houvesse risco de ela conduzir para uma situação socializante ou considerada como tal. Foi o que ocorreu com o golpe de Estado de 1964 no Brasil, por exemplo”.

Não por acaso, o período imediatamente anterior à tomada do poder pelos militares, durante o governo João Goulart, foi, para o professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Caio Navarro de Toledo, o momento da história republicana do Brasil em que o embate entre projetos políticos de esquerda e de direita se mostrou de maneira mais clara. “Havia um contexto político que permitia que se reivindicasse maior participação popular: os sargentos passaram a reivindicar o direito de voto, as Ligas Camponesas invadiram a cena fazendo comícios, os estudantes, através da UNE,

se mobilizaram para defender a realização das reformas sociais, etc. Na medida em que se acenou com transformações sociais mais amplas, que poderiam permitir até romper a ordem capitalista, a direita se impôs e bloqueou esse caminho”, explica.

Fim das ideologias?

O fim da Guerra Fria, com a derrocada da experiência do chamado ‘socialismo real’ no Leste Europeu e o fim da divisão do mundo entre capitalistas e socialistas, que tem como maior símbolo a queda do Muro de Berlim, em 1989, foi outro marco importante na história do embate entre direita e esquerda. “Ali se passou a proclamar que o capitalismo hoje hegemônico pôs fim às disputas ideológicas que dividiram os homens na sociedade contemporânea. E então, esquerda e direita não fariam mais sentido”, diz Caio Navarro de Toledo, concluindo: “Mas no fundo a afirmação da inexistência de disputas ideológicas não deixa de implicar uma determinada posição ideológica. Afirmer que não existe esquerda nem direita é dizer que o capitalismo democrático e liberal se consolidou na história e de que não há alternativa. Significa dizer que fora da ordem capitalista há apenas ilusões”.

De acordo com Eurelino Coelho, professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), o fim da União Soviética foi um acontecimento emblemático, sobretudo pela maneira como foi interpretado. “Desde então, não foram poucos os intelectuais e militantes que afirmaram isso que Marina Silva está dizendo agora, abandonando suas filiações anteriores a partidos e organizações de esquerda, em alguns casos organizações de uma esquerda agudamente anticapitalista”, afirma, complementando em seguida: “A esquerda que afirmava a necessidade do protagonismo político independente da classe trabalhadora na perspectiva de construir um poder de tipo novo na sociedade sofreu um impacto revisionista ou liquidacionista. Vários partidos comunistas no mundo simplesmente fecharam as portas”.

Mas e a direita, como se insere nesse processo? Segundo Virginia Fontes, o final da Guerra Fria acelerou um movimento que já estava em curso, que é a recuperação, pelos defensores do capitalismo, de bandeiras e termos clássicos da esquerda como sendo bandeiras do capital. “A tendência da direita, que considera que não há cisão na vida social, somente gente querendo atrapalhar, é tentar apagar os traços dessa cisão dizendo que não existe mais esquerda nem direita, porque todo mundo usa a mesma linguagem. O fim da URSS e o redirecionamento da China impulsionaram setores conservadores a dizer que não há mais direita nem esquerda, permitindo a eles de certa forma recuperar o que eram os elementos dos adversários que não ofereciam nenhum perigo para a manutenção da ordem estabelecida ou que permitiam enfrentar as reivindicações frente a essa ordem, convertendo numa espécie de adequação, cooperação. Não é à toa que não se chama mais empregado de trabalhador, é colaborador. Apaga a cisão: não tem mais capital e trabalho, aqui todo mundo é colaborador”, diz.

No Brasil, como aponta Eurelino Coelho, o final da Guerra Fria acelerou um processo que ele chama de “reviravolta teórica e programática” da esquerda, com a renúncia, por parte de muitos militantes, de discursos e posições anticapitalistas. Embora o fim da URSS tenha sido visto como causa dessa reviravolta, Eurelino aponta que ela foi movida por outros fatores. “Eu denomino esses fatores de transformismo, que é um conceito que apanhei de Gramsci. Através dele podemos entender que esses sujeitos dessa esquerda que estou estudando no Brasil realizam um deslocamento não apenas do plano teórico conceitual filosófico, mas também um deslocamento na experiência, migrando de um polo para outro na luta de classes. Para pessoas como Marina Silva, dessa esquerda que se transforma, a vida material mudou. Há indicadores bastante sólidos de que essas pessoas passaram por um fenômeno que sociologicamente se pode chamar de burocratização, ou seja, deixaram de ser militantes de primeira geração,

nas oposições sindicais, passando a ser detentores de mandatos e cargos de assessoria”, aponta Eurlino.

Para ele, o atual cenário político brasileiro encontra-se marcado pelo fenômeno do transformismo. “Grande parte das organizações oriundas das lutas populares dos anos 1980 deixou de funcionar na lógica para a qual foi criada e passa de um jeito ou de outro a adotar uma perspectiva que rompe com a independência da classe subalterna e com o espírito de cisão. Os discursos são agora de uma sociedade para todos. As estratégias governamentais, alianças partidárias e os projetos políticos agora envolvem a colaboração de classes, e esses dirigentes que a classe subalterna construiu na luta por sua própria autonomia nos anos 1980, se tornaram dirigentes do capital, são festejados e reconhecidos governantes dos interesses do capital nos anos 1990 e 2000”, lamenta.

Capitalismo com hegemonia

Virgínia Fontes lembra que se a relutância em se assumir de esquerda é um fenômeno relativamente novo no Brasil, do outro lado esse é um fenômeno antigo, já que são poucos os políticos e forças sociais que se assumem como de direita. No entanto, diz ela, é fácil definir no espectro social e político brasileiro ao longo de todo o século 20 essa posição de esquerda e de direita. “São absolutamente impressionantes as falas antipopulares, a truculência das direitas. Quer sejam mais conservadoras, quer sejam mais pró-expansão do capitalismo e ‘modernas’, elas compartilham uma truculência muito peculiar que é atribuída por muitos autores ao caráter da expansão de uma burguesia periférica ou dependente. Porém, ao longo do século 20, essa burguesia precisou apelar às formas eleitorais, dependendo de voto”. E completa: “A violência continua funcionando, mas não é suficiente. Então se usam outras armas, financia-se uma série de entidades populares e organizações através da responsabilidade social e outras iniciativas, cujo alvo é fundamentalmente aceitar de maneira

parcial a reivindicação, retirando o perfil anticapitalista. É uma forma nova de adequação das massas populares para o caso brasileiro. Significa capitalismo com hegemonia; é diferente de capitalismo em crise de hegemonia, cuja contenção das massas se dá só pela violência”. Essa nova realidade, diz a historiadora, torna confuso o espectro político, levando muitas pessoas a achar que já não faz mais sentido falar em esquerda e direita.

Crítérios de distinção

Mas faz mesmo sentido falar em esquerda e direita? O filósofo italiano Norberto Bobbio dedicou o livro ‘Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política’, publicado em 1994, a essa questão. Nessa obra, procurou elencar critérios pelos quais seria possível definir quem é de esquerda e quem é de direita em um dado terreno de luta política. Segundo ele, que se considerava um liberal de esquerda, essa distinção existe e tem como principal critério a atitude diante da ideia de igualdade: enquanto o partidário da esquerda acredita que os homens são mais iguais do que desiguais e que a maioria das desigualdades são sociais e, portanto, elimináveis, o partidário da direita crê, ao contrário, que os homens são mais desiguais do que iguais, e que a maioria das desigualdades é natural e ineliminável. Para o professor de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Assis Brandão, o critério proposto por Bobbio pode ser utilizado ainda hoje no Brasil, embora haja, segundo ele, uma “relativa indistinção” entre partidos de esquerda e de direita. “Direita e esquerda se enfrentam no Brasil atual no âmbito de um número variado de questões, todas elas expondo como pano de fundo a dimensão da igualdade. Dois campos fundamentais em que, a meu ver, isso se expressa de maneira evidente são: a amplitude das políticas públicas e a sua relação com a carga tributária e a política democrática. A esquerda enfatiza a necessidade de extensão das políticas sociais e a necessidade de uma democracia de alta intensidade, enquanto a direita se queixa da amplitude da carga tributária, se satisfaz com a ‘democracia realmente existente’ e questiona a natureza da participação nos espaços em que ela se configura. O pressuposto é que mais democracia implica mais igualdade”, analisa Assis.

Caio Navarro de Toledo vai além: “A ação política da direita nunca privilegia a realização de reformas sociais que objetivem uma sociedade mais igualitária e pouco se empenha para a expansão das liberdades políticas na busca de uma democracia política com ampla participação popular. Ela não deixa de afirmar a necessidade de reformas sociais, mas o que a distingue das esquerdas é que a liberdade política defendida pelas direitas é uma liberdade restrita, é a democracia no limite formal que não aceita a igualdade e o fim das distinções de classe. Para os políticos e ideólogos da direita, a propriedade privada é declarada sagrada e inviolável; eles se opõem radicalmente à ampliação dos direitos sociais e à realização de mudanças socioeconômicas, bem como repudiam a ativa participação dos movimentos sociais”.

Para Virginia Fontes, a atualidade da distinção entre esquerda e direita está fundamentada na luta de classes. “Quando a gente acha que não existe mais direita e esquerda, o risco é não enxergar a cisão que está na vida social, que opõe trabalho e capital. Vivemos numa sociedade capitalista porque massas são expropriadas e reduzidas à força de trabalho. O núcleo da cisão é a que sustenta o capital”, explica. Eurlino Coelho complementa: “Claro, o capitalismo mudou, mas isso é da dinâmica do capitalismo, ele se reveste de novas formas, constrói práticas novas. Só que o referente histórico para as políticas que chamávamos de direita e esquerda continuam postos. De modo algum acho que foram cancelados. Do meu ponto de vista, vivemos muito mais hoje do que no passado numa sociedade marcada pela exploração do capital. Precisamos mais do que nunca de uma política que enfrente essas questões”. ●

Por um resgate das lutas da Reforma Sanitária



A constituição das políticas sociais é inscrita no processo histórico de disputas e relações de força entre diferentes projetos societários. Um dos grandes momentos históricos desses enfrentamentos foi protagonizado pelo movimento social da Reforma Sanitária que, advindo de um período de privatização da saúde e restrição de direitos, engendrou a luta pela democratização dos direitos sociais. Este movimento, que não era homogêneo, incluía grupos da sociedade civil que defendiam a universalização da saúde e outras reivindicações populares, como a exigência de um Estado comprometido e provedor da seguridade social, a participação popular na elaboração, execução e fiscalização das políticas públicas, a construção de um sistema único, integrado, público, estatal e descentralizado de saúde. É no resgate e na defesa dessas bandeiras de luta que o livro 'Saúde, serviço social, movimentos sociais e conselhos' é gestado.

No referido livro, entende-se política social enquanto "(...) espaço dialético de projetos contraditórios em confronto, constituindo-se em expressão da luta de classes e das racionalidades em disputa no âmbito do Estado e da sociedade civil" (p.86). Na conjuntura atual, em que é cada vez mais explícita a proposição de projetos antagônicos aos da Reforma Sanitária, a luta contra-hegemônica deve se dar no enfrentamento da lógica macroeconômica de valorização do capital financeiro e de subordinação das políticas sociais, a partir do fortalecimento da organização da classe trabalhadora em diferentes dimensões.

O livro, que contribui para esta contra-hegemonia, divide-se em três partes: a primeira é referente ao tema 'Saúde e Serviço social'. Os textos que compõe esta seção analisam as disputas e os elementos da contrarreforma do Estado na política de saúde a partir de mecanismos como os 'novos modelos de gestão', a mercantilização da atenção à saúde e o fortalecimento de demais articulações entre o público e privado. A segunda parte, intitulada 'Movimentos Sociais e saúde', apresenta em cinco capítulos as contradições e desafios da organização dos trabalhadores, como a luta sindical e os partidos políticos, ratificando a área da saúde como um universo complexo de luta de classes. Na última parte, os capítulos analisam a participação e o controle social na saúde a partir dos conselhos de política e de direitos. Os autores apresentam que na atual conjuntura esses espaços estão sendo despolitizados e objetivam o apassivamento dos movimentos sociais. Assim, ratificam a urgência da construção de mecanismos de controle social como espaços de resistência ao processo de privatização e de defesa dos direitos sociais. A leitura desse livro provoca a reflexão crítica e convoca a nos movimentarmos, sentirmos as correntes que nos prendem e partirmos para a luta contra-hegemônica.

Conceito marxiano, a práxis é entendida como a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, transformando-o e sendo transformados. É ação que necessita de reflexão, autoquestionamento da teoria; e é teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar acertos e desacertos, cotejando-os com a prática. É o exercício necessário contra a mitificação da ciência como neutra e acima da história. A leitura de 'Saúde, Serviço Social, Movimentos sociais e Conselhos' nos remete a esse conceito marxiano, pois parte da análise crítica histórica da conjuntura nacional, do reconhecimento das lutas de classe presentes no Estado em seu sentido ampliado, das consequências e mediações destas lutas refletidas na política de saúde nacional e ratifica a relevância da ocupação de espaços de controle social, assim como a urgência da organização dos trabalhadores e da criação de espaços alternativos para o enfrentamento das propostas vigentes de mercantilização da saúde. ●

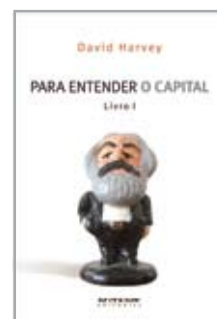
Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos.
Maria Inês Bravo e Juliana Menezes, Cortez, 2012.

Por: Mariana Lima Nogueira, Professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz e doutoranda do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro

PUBLICAÇÕES



Estado e forma política
Alysso Leandro Mascaro.
Boitempo, 2013, 136p.



Para entender o capital - livro 1
David Harvey, Boitempo,
2013, 335p.



A formação integrada do trabalhador: desafios de um campo em construção
Maria Margarida Machado
e João Ferreira de Oliveira
(orgs.), Cortez, 2013, 190p.

DEMOCRACIA

De quatro em quatro anos você participa de um ritual: sai de casa para escolher, pelo voto, aqueles que vão representar as suas ideias no Executivo ou no Legislativo, tomando decisões políticas no seu lugar. É a ‘festa da democracia’. Mas há quem ache que, na origem, essa festa era mais animada e recebia muito mais convidados do que hoje. Nascida na Grécia, por volta do século 5 antes de Cristo, a ideia de democracia se concretizava na presença de uma multidão de pessoas em praça pública, reunidas em assembleia, tomando diretamente as decisões de interesse coletivo. Calcula-se que, em Atenas, as assembleias gerais (chamadas de *Ekklesia*) reuniam em média entre 4 mil e 6 mil pessoas. “Democracia quer dizer poder do povo: o povo manda, os muitos mandam. Isso na Grécia era claríssimo”, explica João Quartim de Moraes, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ressaltando, no entanto, que esse sentido foi modificado na modernidade. “Houve uma espécie de operação em que foi cortada a ideia de poder do povo”.

Democracia moderna

Um dos principais resultados dessa transformação foi a ‘subdivisão’ da democracia em participativa, ou direta, e representativa, que é uma invenção da modernidade. Essa separação foi justificada como uma conquista do homem moderno, que, ao abrir mão da administração direta dos negócios públicos, delegando essa função a representantes, ganha mais tempo e oportunidade para se dedicar aos interesses privados. Segundo

Quartim de Moraes, quem primeiro argumentou em favor dessa concepção liberal de democracia foi Benjamin Constant, que ele define como “um grande oportunista”. Num famoso discurso proferido em 1819, em que compara a liberdade dos antigos com a dos modernos, o pensador francês afirma, sem meias palavras: “O objetivo dos antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era isso o que eles denominavam liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança dos privilégios privados; e eles chamam liberdade às garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios”. Quartim de Moraes resume: “Enfatizam-se na democracia moderna o individualismo, as liberdades pessoais, tudo aquilo que vemos associado às ideias dominantes correntes”.

O historiador André Dantas, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), explica o contexto dessa transformação. Segundo ele, o conceito de democracia foi retomado pela burguesia moderna e desenvolvido ao longo de todo o século 19 até chegar ao formato que se universalizou no século 20. Num momento em que se defendia a igualdade como princípio, especialmente na Revolução Francesa, a ideia de que todos poderiam governar servia para combater a aristocracia – que, ao contrário, significa “governo dos melhores”. Mas, uma vez atingido esse objetivo, essa mesma burguesia, já não mais revolucionária, percebeu que ‘todos’ era gente demais. Como se poderia, então, conter o acesso das massas populares, principalmente o operariado, ao poder? “Quem retomou idealmente os valores democráticos foi a burguesia, mas os trabalhadores tensionaram os limites dessa democracia e promoveram uma guinada – com conquistas como o sufrágio universal e o direito de associação –, contra a qual a burguesia precisou reagir”, explica. Quartim de Moraes exemplifica: “Uma das falsas antinomias do pensamento liberal é dizer que a soberania popular só pode ser expressa na hora do voto. E tenta-se votar o mínimo possível”.

Segundo André Dantas, esse impasse resultou não apenas na defesa de uma concepção de democracia que delega as decisões a um grupo de representantes, mas também em estratégias que retiram as questões econômicas da esfera de decisão política. “Em Atenas os cidadãos reunidos decidiam também sobre a base material da riqueza. Isso a democracia moderna delegou a um conjunto muito restrito de representantes, e com poder infinitamente mais limitado”, diz. Um exemplo? Temas como a criação e extinção de impostos – que hoje aparecem como fundamentais para uma maior justiça social, nos discursos que defendem uma reforma tributária – e a definição de guerras, incluindo os seus custos, eram deliberados nas assembleias gerais de Atenas. No verbete ‘democracia’ do Dicionário de Educação do Campo, editado pela EPSJV/Fiocruz e pela Expressão Popular, Virginia Fontes resume: “A igualdade formal perante a lei legítima e protege a desigualdade real”.

André Dantas explica que esse dilema permanece ainda hoje, mas sempre com novidades: se no momento de retomada da ideia de democracia o caminho foi “arrefecer a sua radicalidade”, a estratégia mais atual é, de acordo com o historiador, uma certa “vulgarização da democracia”. “Essa é a resposta contemporânea para o desafio que está posto desde

sempre. A democracia traz a potência da igualdade, mas as classes dominantes deslocaram a questão da igualdade do campo das relações econômicas, primeiro para a igualdade política e agora para o âmbito de uma reduzida compreensão de ‘cultura’, que se manifesta num elogio frouxo da diferença e da diversidade”, analisa.

Representação e participação

Como vimos, a democracia era entendida, na Grécia, como uma forma de alargamento da cidadania. Mas essa expansão tinha limites muito claros: cidadãos, nesse mundo Antigo, eram apenas pessoas do sexo masculino, adultos, não-estrangeiros e livres. Cerca de metade da população era escrava e estava excluída desse direito. Como, então, se pode dizer que a festa da democracia antiga era mais ampla? É aí que entra de forma mais clara a discussão entre participar e ser representado. André Dantas propõe uma conta: “Estima-se que Atenas tinha, nessa época, entre 40 mil e 60 mil habitantes. As referências sobre o número de pessoas presentes nas assembleias gerais também varia, em geral, entre 4 mil e 6 mil. Mesmo considerando a maior população e o menor número de participantes nas assembleias, concluímos que cerca de 6,6% da população decidia diretamente sobre a vida pública. Se aplicássemos esse percentual ao número de eleitores brasileiros, que são algo em torno de 140 milhões, deveríamos ter mais de 8 milhões de pessoas deliberando diretamente sobre os rumos do país”. Em relação às questões nacionais, hoje, no Brasil, essa decisão está restrita a 513 deputados e 81 senadores que, no entanto, são eleitos por um número muito maior de cidadãos.

Ele explica que esse cálculo é apenas ilustrativo porque não é possível apenas transportar um modelo da Antiguidade para os dias de hoje, sem questionamentos e mediações. De fato, no livro

‘A cidade Antiga’, o historiador francês do século 19, Fustel de Coulanges, mostra o quanto a democracia grega era trabalhosa ao narrar o cotidiano de um cidadão ateniense: “Um dia o ateniense é chamado à assembleia do seu demo onde deve deliberar sobre os interesses religiosos ou financeiros dessa pequena associação. Outro dia esse mesmo ateniense é convocado para a assembleia da sua tribo; trata-se de regulamentar uma festa religiosa, ou de examinar as despesas, ou de promulgar decretos, ou ainda de nomear chefes e juizes. Três vezes por mês, regularmente, deve assistir à assembleia geral do povo, e não tem o direito de faltar. Ora, a sessão é longa, e ele não vai à assembleia somente para votar. Chegando pela manhã, exige-se que o ateniense ali permaneça até hora avançada do dia para ouvir os oradores. Não pode votar se não esteve presente desde o início da assembleia, tendo ouvido todos os discursos. Para o ateniense o voto é assunto dos mais sérios; ora se trata de nomear os seus chefes políticos e militares, isto é, aqueles a quem o seu interesse e a sua vida vão ser confiados por um ano; ora será um imposto que deve ser criado ou uma lei que deve ser modificada; ou é sobre a guerra que deve votar, sabendo como terá de dar o seu próprio sangue, ou de algum filho seu. Os interesses individuais estão inseparavelmente ligados aos interesses do Estado. O homem não pode mostrar-se nem indiferente, nem leviano. Se se engana, sabe que logo sofrerá as consequências, e que em cada voto pode comprometer sua fortuna e sua vida”. Cansou?

Quartim de Moraes ajuda a recuperar o ânimo da discussão. Para ele, o eixo da crítica precisa ser mais a defesa da soberania popular do que propriamente a oposição entre participação e representação. “Nem tudo pode ser direto. Também na Grécia antiga havia transferência de autoridade, delegação de poder, por exemplo, para o comando de um exército. Toda a questão é saber qual é o grau de delegação de poder que está estabelecido em uma determinada sociedade”, explica, e compara: “Nem tudo o povo enquanto titular do poder político pode fazer ele próprio. Você não tem tempo para tudo, as sociedades se tornaram mais complexas. Tudo isso é verdade. Mas a questão é: qual o peso que se dá à soberania popular expressa, mesmo que pelo sufrágio universal, e qual o peso que se dá a instituições burocráticas formadas fora e à margem da coletividade do cidadão?”. Ele cita como um exemplo muito atual desse dilema o protagonismo que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem assumido nas questões políticas brasileiras. “O STF está brigando com a Câmara porque acha que pode cassar mandato. Se é para valer o princípio da soberania do povo, essa corte não pode ter esse poder Supremo. Como uma corte de notáveis, que não foi eleita, pode ter mais poder do que uma Câmara eleita?”, questiona. E conclui, citando uma frase inscrita na Constituição brasileira de 1934, repetida na de 1967 e recortada parcialmente para a de 1988. “‘Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido’. Eu não quero saber de onde emana o poder, quero saber onde ele está. E não quero saber em nome de quem vai ser exercido o poder, a questão é quem o exerce”.

Mas em contextos como o do Brasil, em que, atualmente, se acumulam tantos escândalos envolvendo deputados e senadores eleitos, a escolha popular ainda pode ser o fiel da balança? Quartim de Moraes não tem dúvida que sim. “Esse é um problema interno da democracia, que serve para nos lembrar que não podemos idealizar o povo”, diz, explicando que a democracia é um método, uma forma de organização do poder político, e não uma solução. E, recuperando a relação entre economia e política, exemplifica: “Ela é sempre contrabalançada por outros fatores como a questão do emprego. Na França, por exemplo, com medo de perder o emprego para a concorrência, a classe operária, os setores menos esclarecidos e empobrecidos, votam numa direita assumidamente fascista, representada por figuras como o Le Pen”. ●